



FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU – FACIG

**A CONFIGURAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL
A FAMÍLIA-PAIF DO CRAS DE SANTA MARGARIDA**

Adelita Herculano Viana

Manhuaçu
2013

Adelita Herculano Viana

**A CONFIGURAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL
A FAMÍLIA-PAIF DO CRAS DE SANTA MARGARIDA**

Trabalho apresentado no Curso Superior de Serviço Social da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Noêmia de Fátima Silva Lopes

Manhuaçu
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

V614c Viana, Adelita Herculano.

A configuração do serviço de proteção e atendimento integral
a família – PAIF do cras de Santa Margarida / Adelita Herculano
Viana. – Manhauçu, 2012.

118f.

Monografia (Curso de Serviço social) –
Centro Superior de estudos de Manhauçu - FACIG

ADELITA HERCULANO VIANA

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: **A Configuração do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAF do CRAS de Santa Margarida**, elaborado pela aluna Adelita Herculano Viana, foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Manhuaçu-MG, ____ de _____ de _____.

Banca examinadora

Prof.^a Orientador; Noêmia de Fátima Silva Lopes

Prof.^a Convidada; Márcia Helena de Carvalho

Prof.^o Convidado; Wilson Augusto Costa Cabral

AGRADECIMENTOS

A Deus, que através da força do teu espírito, me fez superar as dificuldades encontradas no caminho. E consegui mais uma conquista ao concluir este trabalho, acrescentando, assim, ainda mais a minha paixão por viver.

Para que a concretização deste estudo se efetivasse: agradeço às inúmeras pessoas que foram incentivadoras neste processo e seus ensinamentos serão a partir de agora essenciais em minha caminhada pessoal e profissional.

Então, por estes extraordinários exemplos, expresso meus reais agradecimentos.

Agradeço aos meus pais, Simar e Ana Alice por absolutamente tudo. Cada um de seus atos foi uma oportunidade que eu tive para crescer e me tornar o que sou. Aos meus irmãos Alan, Simar, Aderlan e Álison, pelo apoio e amor incondicional e que felizmente posso dizer ser recíproco.

A Professora Noêmia de Fátima, pelo tempo e paciência a mim dedicados, que com sua capacidade e empenho de sempre, esteve disposta para melhor atender, me proporcionou chegar até aqui.

Aos professores que repassaram seus conhecimentos, fazendo com que meu desenvolvimento fosse o melhor possível.

Aos entrevistados que foram fundamentais para a realização desta pesquisa.

Aos meus colegas de curso que compartilharam comigo seus conhecimentos. Agradeço especialmente Marília e Poligiana estas amigas concebidas na faculdade. Que elas durem tanto quanto foram intensas.

A todas aquelas que de alguma forma contribuíram ou torceram pela concretização desta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise sobre a configuração do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família–PAIF do Centro de Referência de Assistência Social–CRAS de Santa Margarida/MG e verifica se este encontra-se em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social–SUAS. O PAIF é um equipamento usado pelo CRAS para oferecer atividades às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. O estudo possui como base a legislação vigente: normas e diretrizes preconizadas pelo Sistema Único da Assistência Social–SUAS, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Política Nacional de Assistência Social–PNAS, Norma Operacional Básica–NOB/SUAS e fundamentado teoricamente nas ideias de Yazbek, Aldaíza, Sposat, Ozanira, Raichelis, Kaloutian, Iamamoto, entre outros. Utilizou-se do método crítico dialético de Marx e na realização da pesquisa exploratória e comparativa questionários, que contou com a participação da gestão da política de assistência social do município, coordenadores do CRAS, PAIF e profissionais da área. Assim, com os resultados verificou-se que a configuração do PAIF de Santa Margarida não se encontra em conformidade com o SUAS, apresenta ações fragmentadas e não contribui para a emancipação das famílias usuárias do serviço. Confirmou-se o sucateamento e precarização do espaço sócio ocupacional do serviço social, o descaso com a Política de Assistência Social por parte do município e o descomprometimento do serviço social com o projeto ético político.

Palavras-chave: Política Social de Assistência Social, Serviço Social e Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família–PAIF.

ABSTRACT

This study performs an analysis on the configuration of Protective Services and Full Service Family–PAIF, Reference Center for Social Assistance–CRAS from Santa Margarida / MG and check if this is in accordance with the guidelines of the Unified Assistance social-SUAS. PAIF is equipment used by CRAS to provide activities for families in vulnerable situations and social risk. The study is based on current legislation: standards and guidelines recommended by the Unified Social Assistance System-SUAS, National Grading of Social Assistance Service, National Policy of

Social Assistance-PNAS, Basic Standard Operating-NOB/SUAS and theoretically grounded in thoughts and ideas of Yasbek , Aldaíza, Sposat, Ozanira, Raichelis, Kaloutian, Iamamoto, among others. We used the critical dialectical method of Marx and the completion of exploratory and comparative questionnaires, which included the participation of the management of social assistance policy of the municipality, CRAS and FAIF coordinators and professionals of the area. Thus, the results verified that the configuration of PAIF-Santa Margarida is not in accordance with SUAS, it presents fragmented actions and does not contribute to the empowerment of families of service users. It was confirmed the scrapping and precarious space of socio occupational social service, neglect of Social Policy by the municipality and the disengagement of the social service project with the ethical politician.

Keywords: Social Policy of Social Assistance, Social Work and Protective Services and Full Service Family-PAIF.

LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CIB - Comissão Intergestora Bipartite

CIT - Comissão Intergestores Tripartite

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializada em Assistência Social

CT - Conselho Tutelar

ECRIAD - Estatuto da Criança e do Adolescente

FACIG – Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu

FIC - Faculdade Integral de Caratinga

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - O Ministério do desenvolvimento Social e Combate a fome

NOB - Norma Operacional Básica

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família

PMAS – Plano Municipal de Assistência social

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

R.H – Recursos Humanos

SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SNAS - Secretária Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	16
2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	16
2.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	19
2.3 A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS	21
2.4 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	27
3. A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	31
3.1. A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA	31
3.2. FAMÍLIA E POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA	33
4. ANÁLISE DE DADOS.....	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
APÊNDICES	70
ANEXOS	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tempo de atuação dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social	39
Gráfico 2: Área de atuação.....	42

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho realiza uma análise sobre “A Configuração do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família–PAIF do Centro de Referência de Assistência Social–CRAS de Santa Margarida–MG”, e se este programa encontra-se em conformidades com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social.

A partir das experiências vividas no campo de estágio, o tema escolhido para estudo, despertou - me, pelo fato de estagiar e perceber a necessidade de conhecer melhor a situação e discutir sobre o PAIF num diálogo estreito com a realidade local do Município de Santa Margarida.

Com o objetivo de contextualizar este debate, buscou - se as referências na história, da formação e construção da Política Nacional de Assistência Social-PNAS no sentido de situar a discussão da Política de Assistência Social no Brasil.

Durante anos as práticas assistenciais estiveram ligadas à filantropia, clientelismo e caridade, o que dificultou a criação e organização de uma estrutura adequada como está previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social e Política Nacional de Assistência Social.

Até 1988 a organização das ações desenvolvidas pela Assistência Social não possuía suas diretrizes direta com o Estado, a Legião Brasileira de Assistência-LBA era a principal financiadora desta rede não estatal. Na LBA que o debate sobre o Direito do Cidadão e Assistência Social ganha impulso, entendendo que é preciso mobilizar o país para que haja a definição da Proteção Social na esfera estatal, fazendo com que houvesse o desligamento das entidades não estatais. Este debate chega a Constituição de 1988, quando a Assistência Social passa a compor o tripé da Seguridade Social Brasileira.

Na visão de Stopa (2010), com a Constituição Federal de 88 e a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, a Assistência Social deveria exercer um papel de política pública com primazia do Estado, sendo necessário modificar a concepção histórica de assistencialismo. Tanto a Constituição de 88 como a LOAS

representaram um marco na luta pela redefinição da Assistência Social, mesmo com seus avanços, a significação da política passou por dificuldades políticas, culturais, de custeio para ser implementada e para se elevar a condição de política pública.

Para Guimarães (2007), antes da implantação do SUAS o Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome–MDS por intermédio da Secretária Nacional de Assistência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social, elaboram e aprovam a Política Nacional de Assistência Social-PNAS, para que pudessem materializar as diretrizes da LOAS. Permanecendo a garantia do comando único das ações de cada esfera de governo, respeitando as diferenças e características socioterritoriais locais, por meio da PNAS que define e organiza o SUAS.

O SUAS é um sistema público, que organiza os serviços socioassistenciais de forma descentralizada, possui um modelo de gestão participativa que articula os esforços e recursos dos três níveis de governo. Organiza as ações de Assistência Social em dois tipos de proteção social básica e especial.

O trabalho propôs realizar um estudo sobre um programa que segundo as Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social–CRAS (2009)–PAIF, que é o principal serviço que compõe a proteção social básica e todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular - se na busca da garantia de direitos à convivência familiar e assegurar a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome–MDS (2012), o PAIF é um equipamento usado pelo CRAS para oferecer atividades às famílias e comunidades localizadas em situação de vulnerabilidade e risco social de abrangência do CRAS. Preferencialmente famílias beneficiárias de programas de transferência de renda ou famílias que possuam algum membro que receba benefício assistencial.

A família para Política Nacional de Assistência Social (2004) é o grupo de pessoas que se acham unidos por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade.

Para Takashima (2011), a família é um micro universo que sempre foi vista como um objeto de intervenção de maneira banalizada salve raras exceções. As políticas

conduziam a compreensão da família de forma isolada de seu contexto e valores socioculturais. O agir profissional fragmentado, uma postura que em alguns momentos inconsciente, mas que é reprodutor dos discursos institucionais, fragilizado pela falta de crítica e criatividade, o que contribuiu para compartimentalização da realidade familiar e comunitária.

Segundo Neder (2011), a família deve ser entendida em seu plural, observando suas multiplicidades étnico-culturais que compõem a composição demográfica brasileira, sempre levando em conta seus aspectos históricos e culturais presentes na formação social. E no Brasil os estudos sobre a família são recentes, que reúnem dados fragmentados, pois até pouco tempo o tema era raramente estudado.

De acordo com Santos (2007), o desenvolvimento da sociedade vem acompanhando o desenvolvimento da família, mas que este é inerente às transformações sociais, econômicas e culturais. Destas mudanças na família pode-se dizer que surgem em decorrência das transformações ocorridas na esfera produtiva que alteram profundamente as condições de reprodução da população que vive do trabalho.

A família nestes últimos anos ganhou espaço nas políticas públicas, principalmente aquelas de garantia de direito, isto pode ser observado na elaboração de programas e projetos das políticas sociais brasileiras. No entanto, verificam-se no PAIF limitações, de um programa que deveria ser um instrumento de trabalho utilizado pelo CRAS para prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O interesse pelo estudo sobre a configuração do PAIF de Santa Margarida-MG, surgiu a partir da apreensão e percepção da realidade vivenciada no campo de estágio realizado no CRAS. Como já relatado, o interesse foi despertado neste espaço a partir da observação e participação enquanto estagiária no ano de 2011 e em construção no presente ano de 2012.

A discussão teórica e o diálogo com a realidade do campo de estágio, permitiram a construção de questionamentos e observações sobre o porquê da realização das

ações atribuídas ao PAIF serem realizadas de forma fragmentadas e se suas ações contribuíam para a emancipação das famílias usuárias do programa no Município de Santa Margarida. Interesse que cresceu e tomou a dimensão de pesquisa, pelo fato de estagiar no PAIF e perceber a necessidade de conhecer melhor sua dinâmica e realidade.

Este estudo possui como base a legislação vigente: normas e diretrizes preconizadas pelo *Sistema Único da Assistência Social–SUAS (2009)*, *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*, *Política Nacional de Assistência Social–NAS/2004*, *Norma Operacional Básica–NOB/SUAS (2005)*, *Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF V. 1 e 2 (2012)*, enquanto parâmetro legal.

Na construção e discussão teórica fundamentou - se no pensamento de autores como Maria Carmelita Yazbek (2010), com o artigo *Sistema de Proteção Social Brasileira: modelos, dilemas e desafios*, a obra *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento* de Berenice Rojas Couto, Maria Carmelita Yazbek, Maria Ozanira da Silva e Silva e Raquel Raichelis (2011), que discute o processo de Implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Brasil, que discutem sobre a Política de Assistência Social, a construção do SUAS e os desafios da efetivação das ações dos projetos e programas a ela vinculadas na gestão desta política, a *Família a Brasileira a Base de Tudo*, organizado por Sílvia Manoug Kaloutian (2011), que apresenta um estudo sobre a família brasileira a partir de seu contexto histórico, cultural presentes em sua formação social, a obra *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, de Marilda Vilela Iamamoto (2007), a partir de uma discussão sobre as práticas, condições de trabalho e o projeto ético político em que se insere o profissional de Serviço Social.

O estudo possui como principal objetivo analisar a configuração do PAIF de Santa Margarida e sua conformidade como SUAS e como objetivos específicos, identificar a forma de implantação e implementação deste programa no município. Verificar se os objetivos e metas deste programa estão sendo alcançados, a partir de uma análise das ações implementadas no âmbito do município, identificar como a participação coletiva é fomentada junto à sociedade local na discussão dos avanços

e desafios do PAIF, identificando e avaliando as formas de investimento econômico e financeiro e como se objetiva esse processo na esfera estatal municipal.

Para a investigação das questões norteadoras desse trabalho e na busca de respostas aos questionamentos sobre a realidade do PAIF de Santa Margarida, utilizou-se o método crítico dialético e como instrumento de pesquisa dois questionários, sendo primeiro para coordenadora, assistente social e psicóloga, o segundo para o Gestor da Política de Assistência Social, e parte deste para assistente social e psicóloga.

No primeiro questionário é analisado como se materializa o projeto ético político do Serviço Social e as condições de trabalho dos profissionais que atuam no Município de Santa Margarida-MG. No segundo foi aplicado o questionário à gestora da Política de Assistência Social caracterizando os principais desafios e oportunidades ao desenvolvimento do PAIF, informações inerentes às dimensões socioculturais, econômicas e históricas que contribuíram na análise do objeto deste trabalho. Sendo que a primeira parte do questionário que inicia com questão 1.1 até 2.7, foi aplicada para assistente social e psicóloga, para a gestora da Política de Assistência Social foi aplicado todo o questionário que em sua totalidade compôs 149 questões.

A todo o momento buscou-se entender a realidade a partir de problemas observados no PAIF no período do estágio. Nesse sentido hipóteses foram levantadas de que o programa não se encontrava de acordo com as diretrizes do SUAS, atividades realizadas de forma fragmentadas, com uma equipe incompleta, sucateamento dos serviços, autonomia relativa dos profissionais e carga horária excessiva. Estas foram as principais questões que este trabalho de pesquisa buscou verificar e compreender.

Para a realização do trabalho de campo houve alguns impasses que dificultaram a análise dos resultados, certa resistência e morosidade no preenchimento dos questionários, com a justificativa das profissionais como a falta de tempo causado pelo o sucateamento dos espaços ocupacionais, dos serviços, o acúmulo de funções entre outros fatores, podendo ser associado a um “certo desinteresse” em participar da pesquisa.

Segundo Iamamoto (2007), a profissão tem olhado mais para o Estado e menos para a sociedade. Com a hipótese de que as reflexões sobre o fazer profissional têm dado prioridade à análise de intervenção do Estado, via políticas sociais públicas, e isto se refletindo na sociedade. A partir da análise destes dados fica explícito as formas precárias de inserção dos trabalhadores em todos os setores.

2. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

De acordo com Sposati, Bonetti, Yazbek e Falcão (1995), a política de assistência social no Brasil é marcada historicamente pela caridade, filantropia e solidariedade religiosa, no início do século XX, até a década de 40. Em 1947 foi criada a Legião Brasileira de Assistência–LBA, neste primeiro momento possuía o objetivo de atender as famílias dos pracinhas¹ combatentes da Segunda Guerra Mundial, se caracterizando por um atendimento materno infantil. Com o crescimento desta instituição, foi se desenvolvendo de acordo com suas demandas e o desenvolvimento econômico e social do país.

De acordo com Santos (2007), no período que marca a República Velha (1889-1930), a questão social se situa no Brasil, o país estava dominado pelas oligarquias agrárias. O início da indústria teve como um dos fatores a formação de um capital inicial a partir do comércio de exportação e da lavoura cafeeira. Neste período o processo de industrialização se acelerava, enquanto isso a questão social no país durante a Primeira República foi absolutamente desconsiderada, era vista e tratada como caso de polícia. De 1930 a 1937, na Segunda República, a questão social passou a ser reconhecida e vista como uma “nova problemática”, recebendo um tratamento diferente. As medidas para enfrentar a questão social vão conquistando seu espaço no cenário político nacional, pois até então era tratada enquanto caso de polícia como já dito anteriormente, passa a ser alvo das políticas sociais, tornando-se caso de política. Mas no período da ditadura militar (1937-1945) ela volta a ser tratada como caso de polícia. As políticas desta época possuíam caráter conservador, foi um período dominado por um ideal de sociedade harmônica em que os antagonismos entre classe eram vistos como prejudicial ao bem comum, sendo representado pelo Estado.

¹ Pracinhas era o nome dado aos soldados brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial, em torno de 3 mil pracinhas e oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) enviados à Itália, entre 1944 e 1945. <http://epoca.globo.com>. Acesso em 20 de nov. de 2012.

É no início da industrialização que a questão social se explicita pela primeira vez, e surgem os primeiros mecanismos de proteção social dos indivíduos, principalmente por famílias, ordens religiosas e comunidades. Para Yazbek (2010), a assistência aos pobres na sociedade pré - capitalista era por meio de medidas disciplinares e repressivas para manutenção da ordem social. Neste período ocorre uma pauperização massiva dos trabalhadores das indústrias causada pela superpopulação predominantemente urbana, questão agravada pela migração do interior para os grandes centros industriais. Neste período por motivo do êxodo rural as famílias perdem os vínculos de suas regiões de origem, com isso os laços construídos em pequenas cidades em sua maioria em comunidades rurais, são rompidos, dando lugar a uma configuração urbana preconizada sem condições mínimas de sobrevivência como se verifica até os dias de hoje nas favelas e periferia de grandes cidades.

Santos (2007), afirma que em 1930 uma legislação social é implementada, nas áreas trabalhista e previdenciária, ocorrida devido à pressão do movimento operário que procurou obter por parte dos empresários e políticos algum tipo de proteção para que houvesse melhoras na condição de vida e trabalho.

O sistema de proteção social no século XX surgiu para minimizar as diferenças sociais criadas pelo livre funcionamento do mercado, a precarização das condições de trabalho uma das causas da produção de desigualdades. Para Yazbek (2010) essa foi a forma criada para proteger os cidadãos desse movimento de produção de desigualdades e de insegurança social.

Na análise de Martins (2001), a III Conferência Nacional de Assistência Social representou um momento importante para refletir sobre alguns aspectos da conjuntura política do Brasil, dando ênfase aos movimentos sociais que proporcionariam o avanço na busca de uma sociedade democrática, na direção da igualdade e justiça social.

Na década de 80, o país foi marcado pela democratização das políticas e ampliação dos direitos, sendo entendido como direito do cidadão e dever do Estado afirma Schmidt (2011), esta política passa a integrar a Previdência e a Saúde, compondo a Seguridade Social. A Política de Assistência Social garante aos seus usuários e a

quem dela necessitar, a proteção social e a universalidade na garantia dos benefícios e serviços gratuitos e não contributivos a natureza dos direitos. Um processo diferenciado de gestão da Política de Assistência Social, removendo a forma como foi caracterizada, que marcou esta política como a filantropia e das formas de regulação do favor e caridade.

De acordo com Marcelo Garcia (2009), até 1988 a organização das ações desenvolvidas pela Assistência Social não possuía suas diretrizes direta com o Estado, a LBA era a principal financiadora desta rede não estatal. Esta instituição foi extinta em 1995, por ser usada como espaço político, se tornando um aparelho de politicagem e corrupção.

Mas, é dentro da LBA que o debate sobre o Direito do Cidadão a Assistência Social ganha impulso, entendendo que é preciso mobilizar o país para que haja a definição da proteção social na esfera estatal, se desligando das entidades não estatais. Este debate chega até a Constituinte de 1986 e se concretiza na carta da Constituição Federal de 1988, quando a Assistência Social passa a compor o tripé da Seguridade Social Brasileira, se tornando política pública de Seguridade e dever do Estado e Direito do cidadão. A LOAS, no art.11, afirma que:

A descentralização político-administrativa constitui uma das diretrizes que orientam as ações governamentais na área de assistência social. Tais diretrizes têm o objetivo de consolidar o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos de modo articulado e complementar (SILVA, 2010, p. 23).

Neste sentido a operacionalização e a gestão do sistema contam com a implantação de instâncias de articulação, negociação e pactuação, com as Comissões Intergestores Bipartites–CIB's e a Comissão Intergestores Tripartite–CIT, que direcionam a operacionalização da gestão do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social. “[...] As pactuações no âmbito dessas comissões devem ser publicadas, inseridas nas redes articuladas de informações para a gestão da Assistência Social e encaminhadas, pelo gestor, para apreciação e aprovação dos respectivos Conselhos de Assistência Social” (SILVA, 2010, p. 28).

A PNAS (2004) defende que a Política de Assistência Social precisa estar presente em cada nível da Federação, como condição de comando único, para que na efetiva implantação e funcionamento de um Conselho de composição partidária entre

sociedade civil e Governo. O Fundo que centraliza os recursos, sendo controlado pelo órgão gestor e fiscalizado pelo Conselho, o Plano de Assistência Social que expressa a política e suas inter-relações com as demais políticas setoriais e rede socioassistenciais. A existência e funcionamento dos Conselhos, Planos e Fundos são fundamentais para garantir a efetivação da gestão da Política Pública de Assistência Social.

2.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Para Silvia (2012), a Assistência Social foi historicamente associada às práticas de caridade e filantropia, após a Constituição de 88 e a promulgação da LOAS, a Assistência Social deveria exercer um papel de política pública com primazia no Estado, seria necessário então modificar a concepção histórica do assistencialismo, fazendo com que houvesse um interesse de implementar o Sistema Único de Assistência Social o SUAS. Pensando no Sistema Único considerando as complexidades e particularidades do país, para que todos pudessem ter acesso, mas isto não seria fácil. Seria necessária a criação de um espaço onde as negociações aconteceriam de forma clara e objetiva. Estes espaços são chamados de instância de negociação e pactuação.

Neste espaço reúnem os gestores que são operacionalizadores da política no âmbito local, as três esferas do governo para discutirem a gestão da Política Nacional da Assistência Social-PNAS. Segundo Guimarães (2007), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome-MDS por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social-SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS e a criação da PNAS têm como objetivo orientar a nova gestão do SUAS, materializando as diretrizes estabelecida na LOAS.

A PNAS respeita os princípios e diretrizes estabelecidos na LOAS, e acrescenta uma quarta diretriz, bem como um adendo na descentralização político - administrativa, que designou a coordenação e normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, na tentativa de evitar a sobreposição de ações. A garantia do comando único das ações em cada esfera de governo permanece acrescentando - se o respeito às diferenças e as características socioterritoriais locais, através de um novo elemento que define e organiza o Sistema Único da Assistência Social, a territorialização (GUMARÃES, 2007, p. 3).

A descentralização junto à territorialização permite a redistribuição do poder levando aos centros decisórios mais próximos da população e tomando conhecimento das particularidades dos municípios, permitindo uma fiscalização mais efetiva, e recursos econômicos.

A descentralização contribui para o reconhecimento das particularidades e interesses próprios do município e como possibilidade de levar os serviços para mais perto da população. (...) [e] a municipalização aproxima o Estado do cotidiano de sua população, possibilitando - lhe uma ação fiscalizatória mais efetiva, permite maior racionalidade nas ações, economia de recursos e maior possibilidade de ação intersetorial e interinstitucional (YAZBEK, 2004, p. 16).

Desta forma PNAS utiliza os indicadores sociais dos municípios, como mecanismo fundamental na percepção dos problemas locais, permitindo uma aproximação com as necessidades da população. Guimarães (2007), afirma que esses elementos como territorialização, descentralização, comando único e político-administrativo, aliado ao controle social e a participação popular, podem facilitar o processo democrático de elaboração e implementação das políticas sociais.

Para Guimarães (2007), a descentralização político-administrativa, a territorialização e controle social, se tornam as bases organizacionais do SUAS, em conjunto com a matricialidade sócio-familiar, as bases entre sociedade civil e Estado, o financiamento, política de recursos, desafio de participação da população usuária, monitoramento e avaliação, representando avanços na nova PNAS, com destaque para territorialização e o financiamento.

Na visão de Schmidt (2011), a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (1993) foi essencial para a mudança de perspectiva de ação do Estado com a PNAS. A gestão desta política deixa de ser centralizada na esfera federal, passando a ter previsão da descentralização de responsabilidade e de recursos para os demais entes federativos, buscando a participação da sociedade, exercendo controle social do Estado, com relação à Política de Assistência Social. E o Estado passa a ser o protagonista responsável na efetivação desta política.

A primeira Política Nacional de Assistência Social foi aprovada em 1998, após cinco anos de regulamentação da LOAS. Segundo Couto, Raichelis, Silva e Yazbek (2011), apresentando insuficiente e confrontada pelo paralelismo do Programa

Comunidade Solidária, no período de Governo de Fernando Henrique Cardoso. Este Programa era apresentado pelo Governo como a principal estratégia de enfrentamento da pobreza no Brasil. Com isso a Assistência Social continuava sem clara definição como política pública fortalecendo o caráter focalista que o neoliberalismo impõe as políticas sociais na contemporaneidade.

Segundo Yazbek (2010), em 2004 atendendo ao cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, que foi realizado em Brasília, o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou após um extenso debate coletivo a Política Nacional de Assistência Social-PNAS, que retrata o desenho desta política na perspectiva de implementação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS. A PNAS buscou incluir as demandas apresentadas na sociedade no que se refere à efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

2.3 A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS

Para Couto, Raichelis, Silva e Silva e Yazbek (2011), com a aprovação da PNAS as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, é realizado a partir de um modelo de Gestão Compartilhada. Este modelo de Gestão Compartilhada por um pacto Federativo, tendo detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de Governo, no provimento de atenção socioassistenciais, de acordo com a LOAS e Norma Operacional Básica-NOB, editadas a partir das indicações e deliberações das Conferências dos Conselhos e Gestão Compartilhada como as comissões Tripartites e Bipartites. A PNAS seguiu o processo de construção e normatização nacional do SUAS.

Neste sentido a implantação da PNAS e do SUAS tem liberado no território nacional forças políticas. Que para Couto, Raichelis, Silva e Silva e Yazbek (2011), disputam a direção social da assistência social, na esperança que a justiça e os direitos que ela deva promover a partir das alterações sugeridas nas referências conceituais na estrutura organizativa, lógica de gestão e controle de ações na área.

O SUAS busca a articulação em todo território nacional das responsabilidades, “vínculos hierárquicos, do sistema de serviços, benefícios e ações de Assistência Social, de caráter permanente ou eventual, executado e provido por pessoas jurídicas de direito público sob o critério de universalidade e ação de rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil”. (Couto, Raichelis Silva e Yazbek, 2011, p. 38).

No Volume I SUAS: Configurando os Eixos de Mudanças (2008) verifica-se que a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome–MDS em 2004, sob um contexto de requalificação do setor público no Brasil, investindo na máquina administrativa estatal, em servidores públicos e no espaço próprio para a gestão de políticas sociais como Assistência Social, Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional, consolidou-se com uma ampla rede de proteção e promoção social, surgindo o Sistema Único de assistência Social–Suas, que organiza de forma descentralizada os serviços socioassistenciais no Brasil que possui um modelo de gestão participativa e é composto pelo poder público e sociedade civil.

Na perspectiva de Zimmermann e Andrade (2008), o marco fundamental para a estruturação do SUAS, foi a Norma Operacional Básica (NOB–SUAS), apresentada em 2005, colocando em debate a operacionalização e funcionamento. Para a NOB o SUAS se caracteriza pela concretização da Assistência Social no que envolve a proteção social brasileira, determinando a configuração dos serviços enquanto rede socioassistencial, envolvendo a gestão compartilhada nas três esferas de governo. A rede socioassistencial possui uma articulação submetida à primazia do Estado na condução do sistema de proteção social brasileiro.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (2004), o primeiro semestre de 2004 é marcado pelo debate em torno do Sistema Único de Assistência Social-SUAS. O MDS assume então o compromisso no processo de construção deste sistema, devido às recomendações feitas nas últimas Conferências Nacionais de Assistência Social.

Segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2004), o SUAS possui uma proposta ampla de construção de um sistema universal de proteção social no Brasil. A primeira questão é a abrangência de um sistema de proteção social, que até a

década de 80 era realizada na forma de contribuições compulsórias associadas a garantias de acesso a recursos financeiros em momentos de incapacidade de auto provimento pela via do trabalho.

Para o IPEA (2004), o conceito de sistema público de proteção social se expandiu pelo Brasil, por meio do texto constitucional de 88, o direito universal a saúde, o direito contributivo ao seguro desemprego, direitos dos idosos e pessoas com deficiência e de baixa renda. A constituição Federal não reconheceu como direto a esses usuários a garantia de uma renda mínima ou direito a alimentação, tornando a construção do sistema universal de proteção social no país incompleto. A aprovação de leis e programas de governo tanto de transferência de renda quanto na alimentação estão sendo usados para suprir esta deficiência.

Na análise do IPEA (2004), a constituição de 1988 limita a assistência social ao atendimento da população específica, caracterizada pela vulnerabilidade em relação ao ciclo de vida: crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e suas respectivas famílias, direcionando estes usuários a instituições em que tal situação de vulnerabilidade se insere.

As políticas sociais se desenvolveram a partir da Constituição de 1988, definindo um padrão de proteção social, de acordo com Stopa (2010).

As políticas sociais no Brasil se desenvolveram a partir do século passado, e somente com a Constituição Federal de 1988 foram definidas como um padrão de proteção social. Segundo Fleury (2003) o sistema de proteção social até então era uma combinação do modelo de seguro social previdenciário incluído a saúde e de um sistema de proteção aos indivíduos que não estavam inseridos no mercado de trabalho (STOPA, 2010, p. 1).

Stopa (2010) explica que o modelo de seguro social possui uma relação em que os benefícios estão ligados à afiliação e a contribuição da população. Nos anos 90 a Lei Orgânica da Assistência Social–LOAS foram aprovadas junto a ela no ano seguinte a Lei da Seguridade Social e a Lei que estabeleceu o Pleno Benefício da Previdência Social. A LOAS teve muitos obstáculos para sua promulgação, sendo vetada pelo Governo Collor e aprovada em 1993. A regulamentação desta lei na esfera estatal e municipal enfrentou a resistência à quebra dos direitos sociais.

De acordo com a Política Nacional Assistência Social-PNAS (2010), O MDS mediado pela Secretaria Nacional de Assistência Social-SNAS e do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, constroem uma política para a implementação do SUAS, devido deliberação do IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003, comprometida a materializar as diretrizes da LOAS. Para Couto (2010), com a aprovação da PNAS em 2004, surgiu um amplo debate nacional do trabalho a ser realizado, apresentando as seguintes diretrizes:

- I. descentralização político administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal bem como às entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando - se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- IV. Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, programas e projetos (BRASIL, 2004, p. 32-33).

Para efetivação destas diretrizes, “[...] é preciso que a gestão da política considere que a negação delas tenha sido apresentada como uma das características centrais no campo da política social de Assistência Social. O SUAS possui um sistema orgânico, entre as esferas de governo, constituído um elemento fundamental” (BRASIL, 2004, p.33).

Para Yazbek (2010), a Assistência Social como política de proteção social, não contributiva inserida constitucionalmente na Seguridade Social Brasileira, obteve muitos avanços ao longo dos anos, nos quais foram e vem sendo implementados mecanismos viabilizadores da construção de direitos sociais da população usuária desta política, neste conjunto se destacam a PNAS e o Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

De acordo com Yazbek (2010), este conjunto vem compor uma nova arquitetura, ética, política e informacional para a Assistência Social no Brasil. É a partir dessa arquitetura e das mediações que a tecem é que pode realmente realizar na esfera pública, direitos correspondentes à Assistência Social. Nesta direção, o SUAS busca incorporar as demandas apresentadas na sociedade em relação à efetivação da Assistência Social como direito da cidadania e responsabilidade do Estado. O

principal objetivo é a gestão integrada de ações descentralizadas e participativas de Assistência Social. Esta gestão supõe a articulação de serviços, programas e benefícios, como a ampliação de seu financiamento e o estabelecimento de padrões de qualidade custeio desses serviços.

Na perspectiva de Couto, Raichelis, Silva e Yazbek (2011), esta área de serviços por tem como mediação principal o próprio profissional, o trabalho da Assistência Social está estrategicamente ligado ao conhecimento e formação teórica, técnica e política do seu quadro de profissional, e as condições que possuem para efetivar suas intervenções. A implantação do Suas requer novas formas de regulação e gestão do trabalho, como a ampliação do número de trabalhadores com estabilidade funcional é condição essencial, junto a processos continuados de formação e qualificação, por meio de concursos públicos, definição de carreira e de processos de avaliação, caracterização de perfis de equipes e serviços , remuneração combatível e segurança no trabalho.

Também se cogita a qualificação dos recursos humanos envolvidos, a clara relação entre público/privado na criação de redes socioassistencial, a expansão e a multiplicação dos mecanismos participativos, a democratização dos conselhos e a construção de estratégia de resistência à cultura política conservadora. Exigindo que as provisões assistenciais sejam pensadas no âmbito da garantia de cidadania sob responsabilidade do Estado, viabilizando a universalização da cobertura a garantia de direitos e acesso aos serviços, programas e projetos sob sua vigilância.

Os recursos humanos apresenta ser um desafio para toda a administração pública, mas na Assistência Social assume características específicas, pela tradição de não política, mantida por estruturas institucionais “[...] improvisadas e reduzindo investimento na formação de equipes de profissionais permanentes e qualificados para efetivar ações que rompam com a subalternidade que historicamente marcou o trabalho dessa área” (COUTO, RAICHELIS, SILVA e YAZBEK, 2011, p. 57). Esta é a realidade da maioria dos municípios brasileiros de pequeno porte, possuem frágeis estruturas institucionais de gestão, com rotinas técnicas e administrativas incipientes e recursos humanos reduzidos com pouca qualidade.

Para Couto (2010), o SUAS com uma concepção de sistema orgânico em que a

articulação entre as três esferas de governo possui elementos fundamentais. A LOAS já previa a Política de Assistência Social articulada com as esferas municipais, estadual e federal, isto resultou de arranjos institucionais pouco consistente e em transferência de responsabilidades. A PNAS e o SUAS em seu modo de gestão, repõe a necessidade de enfrentar o desafio de dar materialidade à política, conforme está na LOAS. O SUAS tem como questão básica a retomada de centralidade do Estado na garantia da existência de serviços estatais articulados aos serviços socioassistenciais necessários. Com isto, os Centros de Referências de Assistência Social–CRAS, vinculados à proteção social básica e os Centros Especializados de Assistência Social–CREAS, vinculados à proteção social especial, apresenta a participação do Estado na condução da Política de Assistência Social.

Na visão de Couto (2010), a PNAS assim como o SUAS, no seu modo de gestão demonstra a necessidade de enfrentar o desafio de materialidade da política, de acordo com a LOAS. O SUAS reforça a centralidade do Estado na garantia de serviços articulados aos serviços socioassistenciais necessários e organiza as ações de Assistência Social em dois tipos de proteção social básica e especial.

Segundo o MDS (2012), a proteção social especial é destinada às famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, que tiveram seus direitos violados ou ameaçados. As atividades desenvolvidas por esse tipo de proteção são diferenciadas de acordo com o nível de complexidade (média ou alta). Seus serviços atuam diretamente ligados ao sistema de garantia de direito, sendo necessária uma gestão complexa e compartilhada com o poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ação do executivo.

O Centro de Referência Especializada em Assistência Social–CREAS é uma unidade pública estatal que oferece este serviço, especializados e continuados de forma gratuita às famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

A proteção social básica se destina à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Possui caráter preventivo, promove o acesso à Assistência Social como prevê o SUAS. A prevenção de situações de risco é

realizada pelo desenvolvimento de potencialidade e aquisição e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Algumas instituições oferecem este serviço, mas, o centro de Referência de Assistência Social–CRAS se destaca, como uma unidade pública estatal descentralizada da PNAS.

2.4 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

O SUAS organiza as ações de Assistência Social em dois tipos de proteção social básica e especial e como programa integrante o PAIF faz parte da proteção social básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, com a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A unidade público estatal que oferece este serviço é o Centro de Referência de assistência Social–CRAS.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASÍLIA, 2009, p.11).

O CRAS é uma unidade criada para desenvolver os serviços socioassistenciais de proteção social básica do SUAS, em seu território de abrangência. Os serviços oferecidos nesta unidade de acordo com Orientações Técnicas sobre o CRAS (2009), possuem o caráter preventivo, protetivo e proativo. Possui o objetivo de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Segundo MDS (2012), a capacidade do CRAS varia de acordo com o porte do município e o número de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. O principal serviço ofertado pelo CRAS é Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família–PAIF, sua execução é obrigatória e exclusiva, o mesmo consiste em um trabalho de caráter continuado para fortalecer a função protetiva da família, prevenindo a ruptura de vínculos promovendo o acesso aos direitos sociais.

Nas Orientações Técnicas sobre o PAIF V.1 (2012), este programa não é um serviço novo que surgiu junto com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais em

2009, surgiu no início do ano 2000, passou por aprimoramento e modificações, como a nomenclatura antes era Programa de Atenção Integral a Família, e em 2009 com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais passou a ser denominado Serviço de Proteção Integral a Família, preservando a antiga sigla PAIF. O PAIF realiza um trabalho social com famílias no âmbito do CRAS, de caráter continuado, possui a finalidade de fortalecer vínculos familiares e comunitários, prevenir a ruptura dos vínculos, promover o acesso aos direitos, desenvolver ações culturais e promover a melhoria da qualidade de vida².

Segundo o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome—MDS (2012), o PAIF é um equipamento usado pelo CRAS para oferecer atividades às famílias e comunidades localizadas em situação de vulnerabilidade e risco social de abrangência do CRAS. Preferencialmente famílias beneficiárias de programas de transferência de renda ou famílias que possuam algum membro que receba benefício assistencial.

O programa deve ter uma equipe de trabalho da Política de Assistência Social que é responsável por sua implementação de acordo com as orientações e normativas do SUAS³. A equipe deve ser formada por um profissional de Serviço Social, um psicólogo e dois profissionais de nível médio.

Dentro deste programa deve ser realizada a acolhida que acontece na recepção, visita domiciliar ou entrevista, acompanhamento familiar, atividades coletivas e comunitárias, encaminhamentos com acompanhamento, busca ativa. Algumas dessas atividades podem ser realizadas de forma particularizadas ou coletivas, como:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade—que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias,

² Aqui utilizamos o conceito de qualidade do MDS que é a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários; a promoção de ganhos sociais e materiais às famílias; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; e o apoio a família que possuem, dentre seus membros, indivíduo que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaço coletivo de escuta e troca de vivências famílias. <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 22 de Nov. de 2012.

³ Ver o Art. 23 e 24 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (BRASÍLIA, 2012, p.12).

Para a realização e desenvolvimento destas atividades é necessária à criação de oficinas com famílias, grupos de convivência e sociabilidade para crianças, adolescentes, jovens e idosos, atividades com crianças de zero a seis anos, para promover o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, implementação de ações capacitação para inserção produtiva com os beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada-BPC. O serviço tem como objetivo diminuir a vulnerabilidade social e prevenir a ocorrência de risco social ou agravamento destas situações no território de abrangência do CRAS.

Entende-se que a família é um dos principais focos na proposta do SUAS, o PAIF é um programa que possui a centralidade na família e deve priorizar o atendimento e as intervenções a partir da família. De acordo como o MDS (2012), a PNAS possui como conceito de família: um grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, efetivos ou de solidariedade.

Nessa perspectiva o PAIF tem um grande desafio a ser enfrentado, pois, o desenvolvimento da sociedade humana vem acompanhando o desenvolvimento das famílias. O desenvolvimento ocorrido no contexto familiar é inerente às transformações sociais, econômicas e culturais. Diante disso, enfrentamos na atualidade importantes transformações na sociedade e na cultura, aonde valores e paradigmas vêm sendo modificados ou substituídos por outros.

O processo de reorganização do capitalismo em escala mundial provocou profundas transformações na família urbana brasileira. Estas transformações propiciadas por uma rápida difusão de valores, em uma cultura globalizada, seguiram as tendências encontradas nos países da Europa e dos Estados Unidos da América a partir da segunda metade do século XX. Em linhas gerais, estas tendências apontaram para mudanças significativas na esfera do privado, nos costumes, na sexualidade nas relações de gênero, com impactos sobre a estrutura familiar (GIDDENS, 2000, p. 2).

Inúmeras e radicais são as transformações ocorridas nas famílias na

contemporaneidade e essas transformações muitas vezes são omitidas e/ou não reconhecidas na elaboração de programas e projetos nas políticas sociais públicas, contribuindo de forma significativa para a não efetivação e êxito em sua implementação.

3. A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

3.1. A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Para Loreto (2009), são muitas as denominações para designar contemporaneidade como o pós-modernismo, modernidade tardia, sociedade do conhecimento e da informação. Mas é possível encontrar consenso para sua transformação, das quais as origens estão pautadas na expansão do capitalismo globalizado, no desenvolvimento científico-tecnológico e no afrontamento das desigualdades sociais. Essas transformações possuem suas raízes na própria modernidade, com um processo marcado pela fragmentação, insegurança, de desenvolvimento desigual e efêmero no espaço global unificado, em meio ao fluxo intenso de informações surgidas de inovações imposta pela lógica do capital.

Segundo Loreto (2009), no cenário contemporâneo algumas mudanças atingem as famílias, pelo fato de participarem dos dinamismos próprios das relações sociais e sofrem as influências do contexto político, econômico e sociocultural no tempo e no espaço. Os avanços tecnológicos e expansão acentuada das liberdades individuais se deparam, com elementos de manifestação de vulnerabilidade humana. Com isto o homem/mulher na sociedade contemporânea se transformou em peça íntima e descartável do mercado manipulado pelo capitalismo, que provocam desregulamentação das estruturas e organizações sociais. As famílias se transformam tanto em estrutura quanto em dinâmica e funcionamento.

As famílias devem ser analisadas a partir da história das famílias brasileiras, para Gizlene Neder (2011), é preciso realizar um trabalho com as famílias no plural, entendendo suas multiplicidades étnico-culturais que embasa a composição demográfica brasileira, aspectos históricos e culturais presentes na formação social.

Para a autora, não existe um modelo padrão de organização familiar, não existe a família regular, menos ainda o modelo europeu de família patriarcal que deriva o modelo de família burguesa. Pensando as famílias de forma plural, possibilita à construção democrática baseada na tolerância com as diferenças. Uma tentativa de desconstrução dos alicerces das concepções políticas psicoafetivas que sustentam os diversos preconceitos, que nos dias atuais faz parte do debate sobre as famílias.

Para Itaboraí (2009), quando falamos de famílias que para o MDS e PNAS (2012), é o grupo de pessoas que se acham unidos por laços afetivos ou de solidariedade, deve-se utilizar a reflexão sociológica para colocar em questão os significados socioculturais da família contemporânea. Para a autora existem diversas análises e formas e familiares, e sua intenção é construir uma radiografia do que a família é concretamente, estudando seu arranjo e sua diversidade regional ou segundo a cor e a classe social. Este diagnóstico é essencial para auxiliar nas decisões adequadas no planejamento e na implementação das políticas públicas, os valores sociais e nas ações estatais atribuídas a família merecem uma reflexão e debate acadêmico. Historicamente a família tem sido definida a partir de suas funções.

A autora utiliza a ideia de dois autores, o primeiro Gilberto freire, que no Brasil Colonial a família exercia funções políticas, econômicas e de representação social, reprodução biológica e cultura, que se associa até nos dias de hoje. Duarte é outro autor que apresenta a multiplicidade de tarefas da família no Brasil, por meio das funções procriadoras, econômicas e políticas, que para ele distingue da família nuclear moderna que limitará a primeira função, por meio do processo em que o Estado apareça, mas na unidade doméstica, observando suas antigas funções econômicas e políticas.

Na perspectiva de Itaboraí (2009), o desenvolvimento de instituições modernas no Estado e mercado abarca partes de antigas funções da família, reduzindo sua esfera de atuação às dimensões da efetividade e da reprodução da vida, em seus aspectos culturais e biológicos. O Estado em seu papel de regulador de política pública e o mercado, por meio da geração de empregos, bens e serviços, devem assumir responsabilidades como os indivíduos, família e o bem estar coletivo.

Na teoria social, a família se localiza no centro do processo de reprodução social, para Itaboraí (2009), este é um lugar decisivo para intervir em realidades sociais indesejáveis, como a pobreza e o baixo capital humano, com foco na reflexão sobre os destinos das gerações futuras, pensando a organização e os recursos familiares em sua consequência para a socialização dos filhos.

Mudanças surgem em decorrência das transformações ocorridas na esfera produtiva que alteram as condições de reprodução biológica da população que vive do

trabalho. Segundo Santos (2007), essa transformação causou mudança no padrão da reprodução biológica com a redução de famílias numerosas, indicando o estreitamento das possibilidades de arranjo familiar, para o enfrentamento da crise do mercado de trabalho, ocorrendo um aumento do divórcio, novos arranjos familiares, onde o modelo tradicional de família nuclear, formado pelo casal e seus filhos, ainda é predominante, mas vem sendo reduzida a sua importância, pela decorrência da expansão do número de famílias compostas por mãe e filho, e de outros tipos de família, dentre as quais predominam a pessoa de referência que convive com filhos e outros parentes.

Essas transformações ocorridas no mundo repercutem nas famílias, afetando sua sobrevivência material, suas formas de sociabilidade, identidades representações e papéis sociais e de trabalho.

3.2. FAMÍLIA E POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA

Para Takashima (2011), no ano Internacional da Família em 1994, emerge a oportunidade da consolidação e avanço dos direitos humanos, isto ocorre devido à “problemática” ligada às crianças, adolescentes, mulheres, deficientes e idosos, que se encontravam sem uma política que lhes guardassem, pois o plano da família tem sido historicamente relegado a um plano secundário na evolução das lutas sociais no Brasil.

Esta posição sobre a família nos movimentos sociais brasileiros pôde ser avaliada durante o acontecimento da Assembleia Nacional Constituinte. Todos os movimentos sociais neste momento se mobilizaram para inserir no novo texto constitucional seus pleitos e reivindicações.

De acordo com Takashima (2011), nenhuma força importante se manifestou em nome de um movimento de organizações familiares, as conquistas obtidas na questão familiar na constituição, foram a partir dos movimentos em favor da mulher e das forças aglutinadas da promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Com isso surge uma nova definição de família.

A nova definição de família, tornando - a mais inclusiva e sem preconceitos; a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres na sociedade conjugal; a consagração do divórcio; a afirmação do planejamento familiar

como livre decisão do casal e a previsão da criação de mecanismos para coibir a violência no interior da família são o resultado das lutas feministas junto aos legisladores constituintes (COSTA, 2011, p. 21).

Como observa Takashima (2011), os segmentos comprometidos com mudanças sociais de caráter mais amplo e profundo em articular e promover mobilizações possuía como bandeira de luta a questão da família, podia se identificar dificuldades desse segmento, além da manipulação conservadora e as orientações adotadas pelo Serviço Social no Brasil na década do movimento de reconceituação. Neste período o Serviço Social se liberta das amarras das orientações funcionalistas do Serviço Social americano.

A partir da fundamentação de Takashima (2011), a família é um micro universo, sempre foi vista como um objeto de intervenção de maneira banalizada salve raras exceções. As políticas sociais conduziam a compreensão da família de forma isolada de seu contexto e dos valores socioculturais.

O agir profissional ainda fragmentado, com uma postura que em alguns momentos inconsciente, mas reprodutora dos discursos institucionais e fragilizado pela falta de crítica e criatividade, o que contribuiu de forma significativa para compartimentalização da realidade familiar na sociedade contemporânea.

Para Takashima (2011), foi a partir de grandes processos de mobilização ética, social e política, que possibilitaram a aprovação da legislação, construção do perfil das políticas sociais das correntes e tendências dos movimentos da sociedade civil nesta área, para que houvesse uma organização de políticas voltadas para a família.

Sem estas mobilizações seria impossível pensar no Conselho de Direitos da Mulher, nas secretarias de condição feminina, nas delegacias da mulher, Estatuto da Criança e do Adolescente–ECRIAD, a participação das mulheres no mundo do trabalho e participação de decisões de política. No entanto, o Brasil possui diversos desafios, uma tendência por parte de segmentos da sociedade e Estado a sinalizar a legislação e as políticas com as mais recentes conquistas.

Na perspectiva de Sposati (2009), em 2003 foi discutido e adotado o caráter setorial da Política de Assistência Social pela Secretaria Nacional de Assistência Social. Para que esta política não fosse papel auxiliar ou processante das demais políticas,

mas uma política de responsabilidade que pudesse estar em diálogo com as demais políticas sociais e econômicas, não se tornando uma política genérica a uma clientela definida por corte de renda.

A política social em seu campo próprio nas necessidades sociais de proteção social permanece até hoje fragilizada pelo uso e costumes tradicionais. Muitos ainda veem essa política destinada ao pobre ou a pobreza, sendo direcionada a conferir uma melhoria na vida do pobre, e não propriamente como proteção social como direito e seu vínculo como a Seguridade Social Brasileira.

Na visão de Sposati (2009), reconhecer as demandas, e dando centralidade ao avanço da vigilância social, uma das funções da Assistência Social estabelecida pela PNAS, é pelo domínio territorial da demanda que em primeiro lugar se tem o avanço do reconhecimento pelo Estado dos cidadãos não incluídos. Mesmo que as demandas indicam estar mais na presença da necessidade do que das respostas, isto pode significar que embora muito já se tenha feito, ainda a muito que fazer.

Do ponto de vista dos direitos, demonstrar a demanda significa configurar cidadãos e não municípios. Existe hoje uma unidade de análise na Política de Assistência Social, indivíduo e família. Estas unidades não devem ser tomadas como fragmentadas do pertencimento a campo de trabalho, do seguimento de classe, pois em uma sociedade capitalista e no âmbito da política social o conflito capital e trabalho é elemento essencial.

De fato, a PNAS-2004 ressalta o âmbito da assistência social como o da proteção social e seu eixo na matricialidade sócio-familiar. Considero que esta definição leva a ter como objeto analítico e de ação a capacidade protetiva da família. No caso a família é um sujeito coletivo e não só, a soma de seus membros ou a visão de um deles. Ainda temos um “vácuo de conhecimentos” sobre essa questão. Temos que ter coragem de aprofundar o conhecimento e o alcance possível de resultados sobre essa modalidade de proteção social (SPOSATI, 2009, p. 10).

Para Neder (2011), os estudos históricos sobre a família brasileira são recentes e fragmentados, e até a pouco tempo atrás o tema era pouco estudado. Mas se apresentam algumas possibilidades de reflexão que possam estar aptas para abrir caminho interpretativo para melhor orientar as práticas sociais e políticas voltadas ao atendimento da criança e da família. Esta reflexão pode indicar a complexidade da questão que abarca problemas de permanência culturais transcontinentais numa

formação social relativamente jovem do ponto de vista histórico e multiétnico sob a visão de sua composição demográfica.

Nos últimos anos a família ganhou centralidade na condução das políticas, sobretudo naquelas que se referem à garantia de direitos. Este fato pode ser observado no aumento de programas e projetos sociais, voltado para seu atendimento. Nos estudos de Santos (2007) verifica-se que a família obteve definições a partir de suas funções políticas, econômicas e de representação social, representação biológica e construção da identidade.

As políticas sociais do passado contemplavam a reprodução biológica, a mesma incentivava a natalidade e se omitia ao não disponibilizar o planejamento familiar ou incentivava as famílias numerosas por meio de benefícios indiretos como habitação, e promoção em serviço público. O planejamento familiar hoje em dia é provido de maneira deficiente.

Na medida em que estas dimensões são contempladas, as políticas sociais, principalmente as de crianças e de outros membros que se encontram vulneráveis tais como, criança, adolescente, gestante/lactante, idoso, deficiente, mulheres etc., por meio de políticas que possam complementar a renda ou com a distribuição de bens como alimentos, gás, medicamento, a assistência material do Estado é vinculada a condicionais impostas para a participação nestes programas, que divulgam valores familiares e sociais relacionados, sobretudo a saúde e a educação.

A dimensão de identidade é contemplada em parte, pela valorização da manutenção do vínculo familiar e mais recentemente pelo enfrentamento da questão da violência familiar. É desafiador a característica focalista e celetista dos programas sociais, sendo desta forma um dos grandes desafios enfrentados nas políticas sociais públicas no Brasil.

De acordo com Santos (2007), a responsabilidade familiar na reprodução social, em diversos países foi tratada de diferentes maneiras, na Europa, onde a família é caracterizada na divisão de tarefas e responsabilidade entre gêneros e gerações, organizada enquanto instância importante para o Estado de Bem Estar. A partir

disso nestes países a solidariedade familiar é imposta, prevista na legislação vigente sobre a convivência familiar.

Verifica-se que a política pública relacionada à família influencia o tamanho, composição, comportamentos, normas e valores familiares e sua posição na sociedade. No Brasil a orientação foi relativa ao direcionamento da família no sentido que foi estabelecido aos padrões ligados ao seu papel na reprodução social, compreendida enquanto cuidados com a maternidade, educação, criação dos filhos, trabalho feminino e a sua contribuição geral a ordem moral e social, como prevê a legislação sobre o tratamento dos direitos da família.

No entanto, há um longo caminho a ser percorrido no sentido de avançarmos para a emancipação das famílias, principalmente daquelas que são usuárias dos programas sociais.

4. ANÁLISE DE DADOS

O terceiro capítulo propõe avaliar e discutir os dados da pesquisa de campo realizada no CRAS de Santa Margarida–MG, que tem como objetivo realizar uma análise exploratória e comparativa sobre a Configuração do PAIF do CRAS de Santa Margarida–MG e sua conformidade com as diretrizes do SUAS.

Utilizou-se enquanto método crítico dialético de Marx e como instrumentos de pesquisa para leitura da realidade e verificação dos dados, uma análise exploratória, utilizando-se de técnicas metodológicas como a análise qualitativa e quantitativa. A pesquisa ocorreu a partir da realização e aplicação de questionários para o Gestor da Política de Assistência Social, Coordenadora do CRAS, do PAIF, Assistente Social e Psicólogo da unidade.

Buscando uma análise dos dados elaborados e construídos a partir de um conjunto de informações adquiridas no decorrer da pesquisa, no sentido de produzir um resultado científico coerente com os objetivos propostos para esta pesquisa, em que é apresentado um roteiro preliminar das entrevistas semiestruturadas.

A fim de direcionar a pesquisa, elegeram-se algumas questões consideradas relevantes para o estudo: como estão sendo oferecidos os serviços do PAIF na instituição realizando análises comparativas com as legislações como SUAS, PNAS, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Como é a postura ética e técnica operativa destes profissionais na execução do PAIF e como estes serviços são vistos pelos profissionais na unidade.

Em se tratando de uma pesquisa de cunho interpretativo, o encontro de intersubjetividades estará sempre presente e o resultado é uma interpretação a partir de um dos inúmeros vieses possíveis de análise desse trabalho.

Esta pesquisa se encontra principalmente na possibilidade de que, a partir da experiência deste estudo sobre a configuração do PAIF no Município de Santa Margarida, possamos compreender melhor as diferentes realidades presentes no cotidiano da Política de Assistência Social na contemporaneidade.

Os encaminhamentos teóricos metodológicos adotados permitiram a exploração dos dados investigados pela pesquisa enquanto trabalho obrigatório para a conclusão do curso de graduação Bacharel em Serviço Social das Faculdades de Ciências Gerencia de Manhuaçu/MG.

Foram aplicados dois questionário, o primeiro⁴ será analisado como se materializa o projeto ético político do Serviço Social e as condições de trabalho dos profissionais que atuam no CRAS e FAIF no Município de Santa Margarida–MG. Segue a análise a partir da tabulação dos dados da pesquisa de campo realizada em setembro de 2012.

O questionário foi aplicado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, sendo aplicado para coordenador, assistente social e psicólogo, ambas do sexo feminino. Tanto a assistente social como a coordenadora são casadas, se formaram na Faculdade Integral de Caratinga–FIC, a psicóloga é solteira, se formou no Centro Universitário de Caratinga, ambas residem em Santa Margarida.



Gráfico 1: Tempo de atuação dos profissionais do Centro de Referência de Assistência Social

Fonte: gráfico gerado na tabulação e análise dos resultados da pesquisa de campo realizada em setembro de 2012 pela pesquisadora, autora deste trabalho de conclusão de Curso do Serviço Social.

⁴

Um dos questionários aplicados sobre a materialidade do projeto ético político foi uma adaptação de um questionário elaborado pelo CRESS do Estado do Espírito Santo e aplicado em pesquisa de campo aos profissionais do referido Estado.

A coordenadora do CRAS de Santa Margarida possui onze anos de formação, é especializada em Gestão de Recursos Humanos e Gestão da Política de Assistência Social e do SUAS, já trabalhou em três instituições, é concursada em um dos cargos que ocupa. Atua no município aproximadamente 06 a 10 anos. Atualmente ocupa três cargos: Secretária de Assistência Social, Coordenadora do CRAS e este ano se tornou Gestora da Política de Assistência Social. A profissional entrevistada descreve sua atuação *“Hoje estou na Gestão, na Secretaria Municipal de Assistência Social e sou técnica”*.

Percebe-se um acúmulo de funções, o sucateamento dos serviços, nos levando a questionar se a profissional realiza suas funções de acordo com seu código de ética, conseguindo desenvolver suas ações com bom desempenho e qualidade.

Na obra *A Dialética do Trabalho* de Antunes (2004) que aborda a discussão de Marx e Engels, a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho, pois, o comprador dessa força de trabalho se apossa desta ação ao se fazer vendedor dela. Tendo a oferta de seu trabalho como mercadoria, se utilizando do seu valor de uso, para uma satisfação do sistema capitalista. Isso vem tornando - se uma realidade comum na atuação de muitos profissionais nos municípios, como foi verificado em Santa Margarida.

Para Iamamoto (2007), o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da autoestima e das referências sociais, o mesmo aconteceu com as orientações morais. Podendo ser percebido uma crescente heterogeneidade do trabalho assalariado, como carga horária, reconhecimento social, em relação à renda, autonomia, estabilidade de emprego, sendo diferente a produção de bens e serviços, que é expressa no mercado de trabalho e nas entidades dos trabalhadores, “[...] isto colocaria em xeque qualquer relevância do trabalho remunerado dependente enquanto tal, na percepção dos interesses sociais, na autoconsciência e no comportamento institucional e político dos trabalhadores” (2007, p.86).

Na pesquisa as trabalhadoras de Psicologia e do Serviço Social que faz parte da equipe do CRAS foram entrevistadas e o questionário aplicado. Tanto a assistente social quanto a psicóloga estão há pouco tempo na instituição, o tempo de trabalho

de cada uma na instituição é inferior a dois anos, os vínculos empregatícios de ambas são de contratos temporários.

A assistente social possui especialização em Gestão Pública, trabalhou em três instituições, já a psicóloga é graduada em psicologia e seus serviços são prestados em duas instituições. Foi relatado pela profissional de psicologia, que o contrato assinado por ela com a Prefeitura Municipal de Santa Margarida é para que seus serviços sejam prestados apenas para o CRAS, mas não é isto que acontece, a mesma atende numa sala de recursos mantidos pelo setor da educação, são alunos das escolas municipais que possuem dificuldades de aprendizado ou problemas de relacionamento em sala de aula, atendendo também dois dias da semana sendo meio horário, em São Domingos que é distrito de Santa Margarida, demanda que vem da Secretaria de Educação.

Segundo as entrevistadas os usuários atendidos por elas é o público municipal. Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2012), o CRAS precisa de profissionais que sejam exclusivos da instituição com a carga horária de no mínimo 20 horas semanais.

Tanto a coordenadora, assistente social como psicóloga possuem carga horária de quarenta horas semanais. Lembrando que a coordenadora possui três empregos, que mesmo que cada um fosse de 20 horas semanais, daria 60 horas semanais, neste caso verifica-se um não cumprimento e adequação às normas legais para o CRAS de Santa Margarida.

Para Iamamoto (2007), os profissionais de Serviço Social que se tornam funcionários públicos sofrem com a precarização das relações de trabalho, como redução dos concursos públicos, demissão dos funcionários não instáveis, contenção salarial, falta de incentivo, terceirização acompanhada de contratações precárias, temporárias, com perda de direitos. Essa realidade associada a uma ação crítica induz os/as trabalhadores/as a assumirem várias funções e empregos em condições precárias de trabalho.

Quanto à área de atuação observa-se no gráfico abaixo um destaque para a assistência social, saúde, família e criança e adolescente.

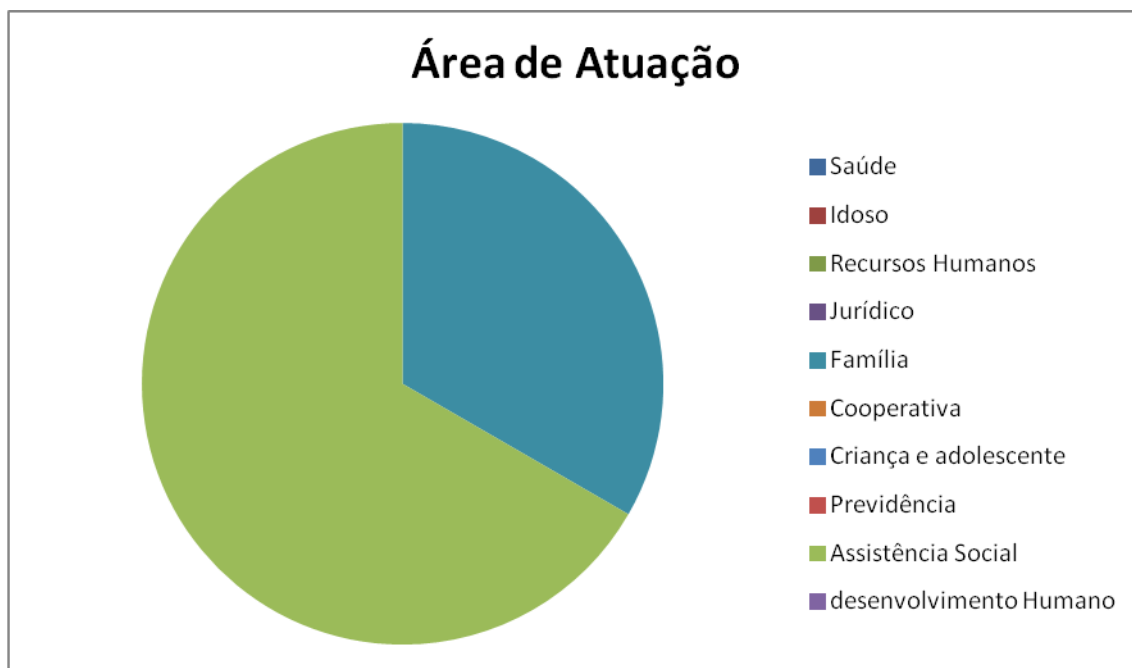


Gráfico 2: Área de atuação

Fonte: gráfico gerado na tabulação e análise dos resultados da pesquisa de campo realizada pela pesquisadora, autora deste trabalho de conclusão de Curso do Serviço Social.

Na questão 2.4. que pergunta qual (is) a (as) área (as) de atuação de cada profissional: a Coordenadora assinalou Assistência Social, a assistente social assinalou a alternativa família, já a psicóloga assinalou Assistência Social, como podemos ver no gráfico acima.

Segundo as Orientações Técnicas sobre o Centro de Referência de Assistência Social (2009), é uma unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia das demais, além de ofertar serviços e ações, possui as funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica, ou seja, esta é uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social–SUAS e desenvolve por meio de potencialidades e aquisição do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

A psicóloga demonstrou estranhamento do seu papel como profissional e da função exercida na instituição ao afirmar que atua na Assistência Social, seu trabalho é realizado com famílias, que assim como a assistente social a mesma deveria ter marcado a opção família neste campo do questionário.

No questionário a questão sobre mudanças em relação à política de trabalho na unidade nos últimos cinco anos, a Coordenadora e psicóloga responderam que sim, mas para estas profissionais nestes últimos cinco anos não ocorreram mudanças no perfil de seus usuários.

A assistente social neste último posicionamento não respondeu a pergunta, justificando estar trabalhando há pouco tempo na unidade. Segundo ela, possui boas condições de trabalho que permite a ação profissional com base no código de ética de 1993 e pela gestora ser assistente social, essa realidade melhora as condições de trabalho. A assistente social demonstrou neste momento insegurança, desconforto e desconhecimento ao ser indagada.

Segundo Iamamoto (2007), o trabalho assalariado formal na indústria se abrevia com as alterações na divisão social do trabalho, fazendo com que o trabalhador passe a viver um duplo e radical tormento, por ser um trabalhador livre, mas que depende do trabalho, “[...] para se reproduzir e não encontra oportunidades de trocar sua força de trabalho por meio de vida, seja via relação típica salarial ou outras formas de venda de seus serviços que fogem do critério de lucratividade porquanto voltada para a reprodução dos meios de vida” (2007, p. 86).

As profissionais da instituição não participam de nenhum tipo de movimento social e/ou associativo, a coordenadora e assistente social não justificaram suas respostas, a psicóloga justificou que não participa por morar longe de onde acontecem estes encontros. A coordenadora é a única que participa de Conselho de Direito ou de políticas sociais. Participa de Conselhos como o de Assistência a Criança e Adolescente e do Conselho Municipal de Controle do Bolsa Família. Ao ser indagada por que participa ela responde *“porque fui indicada pelo Governo Municipal”* e quando lhe é perguntado sobre as demandas institucionais colocou um ponto de interrogação, o questionário em sua primeira folha deixa claro que é uma pesquisa para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso sobre a configuração do PAIF do CRAS de Santa Margarida⁵.

⁵ Podendo ser entendido que a profissional não entendeu a pergunta fazendo confusão com os demais cargos exercidos pela mesma.

Quando lhe foi perguntado sobre as demandas de seus usuários ela responde que estão relacionadas aos benefícios eventuais (auxílio funeral e natalidade) e cestas básicas, esta demanda pertence aos usuários da Secretária de Assistência Social, já que segundo o Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome (2012), o público atendido pelo CRAS devem ser famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Na questão se o trabalho repercute em sua saúde, vida social, pessoal familiar, a assistente social responde que sim, que *“o stress do dia-a-dia reflete principalmente na vida familiar”*, a Coordenadora está grávida e também respondeu que sim, que *“repercute em vários aspectos”*, mas não citou quais, a psicóloga não respondeu a pergunta.

Para as Orientações Técnicas sobre CRAS (2009), a oferta de serviços no CRAS deve ser realizada de forma planejada, sendo necessário um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem, tomando conhecimento de suas necessidades e potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de riscos de vulnerabilidade social, para realizar estas atividades é necessário uma equipe multidisciplinar.

Na questão sobre como os profissionais desenvolvem suas atividades, somente a assistente social responde certo a pergunta que é por meio de uma equipe multidisciplinar, a psicóloga respondeu por meio de Serviço Social, mostrando não ter clareza sobre os serviços prestados tanto por ela como pela unidade, a coordenadora não respondeu esta pergunta, deixando explícito o acúmulo de funções centralizando todos os seus serviços para si, reforçando a precarização do espaço de trabalho, a centralização das ações, decisões e a alienação profissional.

A implantação do SUAS e sua rápida expansão por todo o território nacional vem ampliando consideravelmente o mercado de trabalho para os assistentes sociais e demais profissionais atuantes nessa área. Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofundam a precarização das condições em que este trabalho se realiza, considerando o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social, subordinado aos processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto. (RAICHELIS, 2010, p. 51).

Mesmo com a expansão do SUAS, os espaços sócio - ocupacionais do assistente social, são submetidos a subalternidade, precarização dos serviços junto ao acúmulo de funções, práticas conservadoras, perdendo sua autonomia, ficando subordinado à alienação, aumentando a distância entre a profissão e a defesa do projeto ético político do Serviço Social.

Para a realização do trabalho de campo houve impasses que dificultaram a análise dos resultados no tempo determinado e planejado em cronograma da pesquisa e da Instituição de Ensino FACIG. A demora para seu preenchimento, a falta de tempo dos profissionais devido o sucateamento dos espaços ocupacionais, dos serviços, o acúmulo de funções, entre outros fatores, associado a um “certo desinteresse” em participar da pesquisa, contribuíram para o não cumprimento dos prazos.

O desinteresse associado inclusive à falta de clareza sobre a Política de Assistência Social especificamente sobre o CRAS e o PAIF ressalta a não identificação e comprometimento com o projeto ético político do Serviço Social, reforçando a falta de autonomia profissional aliada a uma ética conservadora.

De acordo José Paulo Netto (1999), “nosso projeto ético-político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos. Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central—a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, e emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que supõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero”.

Para Marcelo Braz (2005), o projeto pode se concretizar por meio de nossas ações profissionais cotidianas. Os elementos constitutivos que podem representar a materialidade do projeto ético político podem ser demonstrados por três dimensões articuladas entre si: a dimensão da produção de conhecimento no interior do Serviço Social, a dimensão político-organizativa da categoria e dimensão jurídico - político da profissão.

Na perspectiva de Netto (1999), interessa - nos tão somente um tipo de projeto coletivo, que designamos como projetos societários. Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la.

No segundo momento foi aplicado o questionário à gestora da Política de Assistência Social caracterizando os principais desafios e oportunidades ao desenvolvimento do PAIF, informações inerentes às dimensões socioculturais, econômicas e históricas que contribuíram na análise do objeto deste trabalho.

Destaca - se que a primeira parte do questionário que inicia com questão 1.1 até 2.7, foi aplicada para assistente social e psicóloga, para a gestora de Assistência Social foi aplicado todo o questionário que em sua totalidade composto por 149 questões.

O procedimento adotado pelas profissionais para o preenchimento desta pesquisa e o órgão que responde pela Política de Assistência social no Município (CRAS/órgão/coordenação ao qual esta política está vinculada) não foi respondido ou informado pelas entrevistadas.

Segundo informações fornecidas pela gestora, às ações da Assistência Social existentes no Município, são executadas, em sua maioria pelo órgão gestor e para implantar a Política de Assistência Social o gestor amplia a execução direta das ações. Tendo estas ações de execução direta realizadas pela prefeitura que são destinadas e majoritariamente para a população em geral.

A assistente social e psicóloga marcou a opção “população geral” e marcaram também idosos e criança e adolescente. Pois se é população em geral está incluindo todas as categorias disponíveis nesta pergunta. Para a psicóloga e a assistente social as ações desse projeto e serviço foram resultados de demandas de usuários, mas para a gestora que é coordenadora e assistente social da Secretária de Assistência Social, isto não foi resultado de demandas de usuários.

Para Couto, Silva, Raichelis e Yazbek (2011), o que diz respeito aos recursos humanos é um desafio para a administração pública,

[...] mas assume características específicas na assistência social, pela sua tradição de não política, sustentada em estruturas institucionais improvisadas e reduzindo investimentos na formação de equipes profissionais permanentes e qualificados para efetivar as ações que rompam com a subalternidade que marcou o trabalho dessa área (COUTO, SILVA e SILVA, RAICHELIS E YAZBEK, 2011, p. 57).

Esta é uma realidade que se apresenta nos Municípios de pequeno porte, que possuem frágeis estruturas institucionais de gestão, com rotinas técnicas e administrativas, incipientes e recursos humanos reduzidos e pouca qualificação profissional. Identifica-se uma falta de investimento em profissionais capacitados e em número insuficiente para a execução e planejamento das ações das políticas.

O Município pesquisado possui uma profissional de Serviço Social que ocupa três cargos simultâneos, desta forma, centraliza o poder destas ações, envolvendo precárias condições de trabalho, se subordinando a processos de alienação, com autonomia restrita e carga horária intensificada. Uma realidade que compromete o projeto ético político, fortalece a precarização deste espaço sócio-ocupacional e mantém desarticulada a categoria profissional.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 4).

Segundo Netto (1999), estes projetos são construídos por um sujeito coletivo, uma categoria profissional, que não envolve somente os profissionais de campo ou da prática, mas de forma a ser pensada como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É preciso que haja uma organização que envolva os profissionais, instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, para que possa considerar o Serviço Social no Brasil, como organização que compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais.

Para a assistente social e psicóloga, o Município se adequou à Lei Orgânica da Assistência Social–LOAS, e está cumprindo esta legislação, mas não souberam

informar o número, ano de criação e atualizações. A Gestora disse que o Município não possui a LOAS.

A pergunta que solicitava a enumeração de 01 (um) a 10 (dez), por ordem de importância, sobre os instrumentos jurídicos e normativos que orientam a Política Municipal de Assistência Social, a psicóloga e assistente social não enumeraram a questão, a Gestora enumerou apenas 01 a 06, na ordem em que se encontravam: Lei Municipal de Assistência Social, LOAS, PNAS, NOB-SUAS, Plano Municipal, Relatório de Conferências Municipais. Opções como Relatório de Conferência Estaduais, Nacionais, Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, em caso de não haver a opção disponível poderia especificar na resolução nº 109-de 11/11/2009-Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Compreendeu-se que as opções não são colocadas em prática, transparecendo deficiência no setor.

Para Raichelis (2010), apesar da implantação do SUAS os profissionais de assistência social possuem muitos desafios,

“a questão do trabalho e dos trabalhadores no SUAS é um dos grandes desafios a ser enfrentado, se o objetivo for a implementação da política de assistência social voltada para o atendimento de necessidades sociais e comprometida com a ampliação e a consolidação de direitos das classes subalternas” (RAICHELIS, 2010, p. 760).

Sobre os entraves enfrentados pelo Município para o cumprimento dos princípios da LOAS e PNAS, a questão não foi informada. Aqui verifica - se um receio por parte das entrevistadas em expor os entraves enfrentados no cotidiano profissional, assumindo uma postura acrítica e de “aparente” neutralidade sobre a realidade vivenciada que fortalece a manutenção de um sistema gestor conservador.

Para Iamamoto (2007), o mercado profissional sofre impactos diretos das transformações nas esferas produtiva e estatal, alterando as relações entre Estado e sociedade. O setor público tem se tornado o maior empregador de assistentes sociais, mas estes funcionários públicos vêm sofrendo com a precarização das relações de trabalho.

De acordo com a gestora, quanto aos recursos destinados ao PAIF em 2012 conforme informações obtidas houve um investimento de R\$ 54.000,00 neste

programa. O Município possui Plano Municipal de Assistência social e Plano Plurianual. A primeira versão do Plano Municipal é de 2006/2009, sua última versão é de 2010/2012, sendo aprovado pelo Conselho. Os documentos, informações e recursos técnicos utilizados para elaboração do Plano de Assistência Social não foram informados. Como já dito anteriormente a gestora assume inúmeras funções e responsabilidades no município. Diante desta realidade entende - se que há uma incompatibilidade administrativa na gestão de três cargos e a inviabilidade técnica de execução das ações dos mesmos.

Para Iamamoto (2007), o setor público se tornou o maior empregador de profissionais do Serviço Social, sendo a administração direta a que mais emprega principalmente a esfera estatal, seguida da municipal, “constata-se uma clara tendência à interiorização da demanda, o que coloca a necessidade de maior atenção à questão regional e ao poder local” (2007, p.123). Estes profissionais sofrem com os efeitos deletérios da Reforma do Estado no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, impedindo muitas vezes a execução dos planos elaborados para a Política de Assistência Social.

O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS/2004 na perspectiva do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e participativo (BRASIL, 2005, p.48).

Os itens assinalados pela gestora e contidos no Plano Municipal de Assistência Social foram: objetivos gerais e específicos, metas estabelecidas, mecanismos e fontes de financiamento, indicadores de monitoramento e avaliação, diagnóstico social do Município. A participação dos segmentos na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social por parte do Conselho Municipal acontece apenas na análise do plano já pronto, entidades da Assistência Social e usuários nunca participam, a Secretária de Assistência Social participa da elaboração do diagnóstico do Município, definição das ações, do orçamento e redação do Plano. Essa participação acontece pelo fato da gestora ser assistente social da Secretaria de Assistência Social. Diante da análise realizada até o momento levanta-se a hipótese de que se a profissional não pertencesse ao governo não participaria da elaboração do Plano.

Os planos constituem instrumento estratégico para a descentralização democrática da assistência social, se garantirem de modo sistemático, o envolvimento das entidades e organizações da sociedade civil, privilegiando a participação das organizações populares e associações coletivas de usuários, tradicionalmente excluídas de auto - representação nas decisões (BRASIL, 2008, p. 24).

Como podemos ver a participação e organização da população, sociedade civil, usuários, segundo a declaração da gestora não está acontecendo. De acordo com o SUAS V.3 - Plano de Assistência Social e Diretrizes para Elaboração (2009), “é necessário ampliar a reflexão de gestores, operadores públicos, conselheiros e demais atores sobre os imbricamentos, conectividades, fluidez e complementaridade das relações entre as instâncias governamentais, como mecanismo central para o estabelecimento da Assistência Social como Política Pública” (2006, p.25).

A profissional ao ser interrogada se o Município está na Plena Gestão da Assistência Social e se fez adesão aos serviços socioassistenciais previsto no SUAS, inclusive o co-financiamento do Estado e se tem adquirido imóvel para implantação do CRAS, responde que a ação implementada no Plano de Assistência Social é o PAIF. Descreve que Santa Margarida está na Gestão Básica e que o Estado viabiliza recursos para a construção do CRAS em um imóvel da prefeitura,

Não soube responder a pergunta 4.2: Como tem sido a participação na Comissão Intergestora Bipartite-CIB e colegiado de gestores para pactuação de recursos financeiros? Colocou um ponto de interrogação no espaço em que deveria ter sido respondido.

A Comissão Intergestora Bipartite segundo a NOB/SUAS (2005), é uma instância organizada no âmbito estadual, “[...] se constituem como espaços de interlocução de gestores, sendo um requisito central em sua constituição a representatividade do Estado e dos municípios em seu âmbito, levando em conta o porte dos municípios e sua distribuição regional” (2005, p. 47). Seus membros devem representar os interesses e necessidades coletivas referentes à Política de Assistência Social de um conjunto de Município ou todos os Municípios, dependendo se a representação for do gestor estadual ou municipal.

Para gestora as ações desenvolvidas para a efetivação do SUAS são cursos telepresenciais promovidos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

(SEDESE). Segundo o SUAS V.2: Desafios da Gestão do SUAS nos municípios e Estados (2008), a capacitação é um de seus elementos estruturantes, podendo ser observado uma ausência de debates e interlocuções sistemáticos, qualificados e propositivos com os organismos gestores e produtores de conhecimento, relacionado a universidades e centros de pesquisas.

O Município não possui convênios firmados com a SEDESE. As ações pactuadas entre o Município e a instância estadual para efetivação do SUAS, não são executadas. Para ela as ações realizadas pelo MDS que contribuem para a efetivação do SUAS no Município é repasse de recursos, garantindo a continuidade dos serviços ofertados.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em janeiro de 2004, inserem - se em um contexto de requalificação do setor público no Brasil, investindo na máquina administrativa estatal, nos servidores públicos e no espaço próprio para a gestão de políticas sociais relevantes como Assistência Social, Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2008, p.8).

Em relação às ações citadas pela gestora acima, segundo o SUAS V.1 (2008), o MDS tem investido em muitas ações de capacitação sustentado pela produção de material técnico–nstitucional, buscando qualificar o Sistema Único valorizando a formação de seus recursos humanos. O MDS com forma solidária com as demais esferas de governo, busca a consolidação de uma ampla rede de proteção e promoção social, que possa integrar suas áreas de Assistência Social, de Renda de Cidadania e de Segurança Alimentar e Nutricional e buscando a articulação com outras políticas setoriais, para que possa haver uma inclusão social da população, em especial a população em situação de maior vulnerabilidade.

Os cumprimentos para habilitação no SUAS declarado na pesquisa foram a comprovação da criação e funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselho Tutelar (CT), comprovação da criação e funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), elaboração e apresentação do Plano Municipal aprovado pelo CMAS, instituição de CRAS no Município, elaboração do plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada–BPC e garantia da propriedade de acesso nos serviços de proteção

social básica e/ou especial, de acordo com suas necessidades, as famílias e seus membros beneficiários do Programa Bolsa Família.

No questionário foi solicitado a profissional que descrevesse elementos facilitadores e dificultadores para o cumprimento dos requisitos para a habilitação, a mesma declarou um elemento dificultador, “*implantação do CRAS com recursos próprios do Município*”.

A questão que indicava para listar os setores envolvidos na efetivação do SUAS no Município, não foi respondida, impossibilitando responder as seguintes sobre a indicação dos elementos facilitadores e dificultadores para a articulação entre eles e a efetivação do SUAS no município.

A profissional deixa algumas questões sem resposta, não ficam claros os motivos da omissão, o fato de ignorar as respostas, manter as informações em sigilo pode ser por medo da exposição sobre as verdadeiras condições em que se encontra a Política de Assistência Social no Município e as condições do Serviço Social, e esta exposição pode comprometer a permanência nos cargos assumidos.

O CRAS de Santa Margarida é de porte pequeno I, sua capacidade é de 2.500, possui 305 famílias. As ações desenvolvidas no âmbito do CRAS são os grupos de convivência, oficinas, cursos, atendimentos, seu público são beneficiários do Programa Bolsa Família, idosos, crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho tutelar e/ou Ministério Público, metas atendidas e execução direta ou indireta não foram preenchidas pela gestora. Ações desenvolvidas pela rede socioassistencial, excluindo-se o CRAS, foi deixado em branco e os espaços deixados para a resposta tracejados.

Segundo o questionário as ações desenvolvidas pelo PAIF, são acolhimentos, entrevistas/escuta, visita domiciliar, orientação, apoio às famílias e indivíduos na garantia de seus direitos. Para as Orientações Técnica sobre o PAIF V. I (2012), o PAIF não é um serviço novo que surgiu junto com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, surgiu no início do ano 2000, passou por aprimoramento e modificações, como a nomenclatura, antes era Programa de Atenção Integral a Família, e em 2009 com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços

Socioassistenciais passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família, preservando a antiga sigla PAIF.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome–MDS (2012), o PAIF é um equipamento usado pelo CRAS para oferecer atividades às famílias e comunidades localizadas em situação de vulnerabilidade e risco social de abrangência do CRAS. Preferencialmente famílias beneficiárias de programas de transferência de renda ou famílias que possuam algum membro que receba benefício assistencial. Dentro deste programa deve ser realizada a acolhida que acontece na recepção, visita domiciliar ou entrevista, acompanhamento familiar, atendimento individualizado, atividades coletivas e comunitárias, encaminhamentos com acompanhamento, oficinas com famílias, busca ativa. Na instituição podem ser percebidas certas limitações como à falta de atividades coletivas, busca ativa, metas e o tipo de execução não foram descritos quando perguntados na pesquisa.

Ao indicar no questionário para relacionar as ações desenvolvidas no âmbito da proteção social básica, o único campo preenchido foi o de benefício, sendo respondido BPC, idosos e pessoas com deficiência.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2005, p. 35).

Como foi dito pela gestora o Município de Santa Margarida está habilitado na Gestão Básica, mas esta não se resume apenas em benefício de BPC, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social–PNAS (2005), os programas e projetos devem ser articulado dentro do SUAS, como PAIF, o BPC que garantem uma renda básica, este que segundo a Lei Orgânica da Assistência Social–LOAS (1993), Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário - mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, é preciso um profissional criativo, propositivo, que utilize a Política de Assistência Social viabilizando a seu usuários o acesso a direitos e promova a melhoria da qualidade de vida. A proteção social básica não se resume

em benefícios, é constituída por programas, projetos e serviços descritos acima pela PNAS.

Quando lhe é perguntado através do questionário sobre a articulação entre serviços, benefícios, programas e projetos na Assistência Social ela deixa em branco, impossibilitando responder as pergunta que continuam dando sequência ao assunto. A profissional deixa transparecer a insegurança e o desinteresse em responder sobre a exceção de certos serviços. Acredita - se que a profissional tenha conhecimento sobre o assunto, mas não se sente à vontade para responder.

Foi perguntado de que forma os usuários tomam conhecimento dos serviços oferecidos pelo CRAS, segundo a gestora, pelos próprios usuários e lideranças locais, não realiza divulgação na comunidade nem se utiliza dos meios de comunicação presentes na cidade como rádios, internet, entre outros. De acordo com a profissional o conhecimento das demandas do PAIF, acontece por encaminhamentos, busca ativa e/ou demandas espontâneas e que este serviço atinge suas metas e seus principais objetivos previstos pelo MDS. Mas em algumas perguntas já feitas e contextualizadas acima, a profissional não deixa claro suas respostas, demonstrando não querer que esta pesquisa tome conhecimento sobre a execução dos serviços prestados pela unidade.

De acordo com Iamamoto (2007), um trabalho que zela pela qualidade dos serviços e abrangência no seu acesso, supõe a difusão de informação quanto aos direitos sociais e os meios de sua viabilização. Os assistentes sociais dispõe de relativo poder de interferência na formulação e implementação de critérios técnicos – sociais que possam permitir o acesso dos usuários aos serviços prestados pelas instituições e organizações sociais públicas e privadas. Isto ajuda no fortalecimento para que a universalidade ao acesso e/ou ampliação de sua abrangência, resistindo profissionalmente, a imposição de critérios rigorosos de seletividade para a divulgação do CRAS na Política de Assistência Social.

Pensar o Serviço Social como trabalho, nos permite criar uma análise sobre a prática profissional, nos anos de 1980, os assistentes sociais descobriram a importância da consolidação da dinâmica das instituições e das relações de poder institucional, isto permitiu pensar o Serviço Social, as políticas sociais, os

movimentos e lutas sociais. Os profissionais possuem um desafio de redescobrirem alternativas e possibilidades para seu trabalho no cenário atual, sendo necessário traçar novos horizontes para formular novas proposta que faça frente à questão social, sendo solidária com o modo de vida de quem a vivencia, não só como vítima, mas como sujeitos que buscam a preservação da sua vida e da humanidade.

São realizadas reuniões com a equipe técnica de referência para esquematização das ações e serviços do PAIF que desenvolvem ações de acompanhamento aos beneficiários do Programa Bolsa Família, sendo realizado cadastramentos visitas domiciliares e orientações. O mesmo acontece com as ações desenvolvidas pelo CRAS e PAIF com os beneficiários do BPC.

O PAIF, ao dar precedência de atendimento às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família-PBF e às famílias dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada-BPC, objetiva ampliar as formas de proteção social do SUAS a estas famílias. Sendo assim, parte-se do pressuposto que o acesso à renda contribui para a superação de situações de vulnerabilidade, mas que a sua efetiva superação requer também a inserção em serviços socioassistenciais e setoriais, de maneira a proporcionar proteção social, fortalecimento dos laços familiares e comunitários e acesso das famílias a outros direitos. (BRASIL, 2012, p.29).

Para a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) o PAIF é um programa/serviço que possui como público prioritário, famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, com objetivo de fortalecer a função protetiva da família, contribuir para sua melhoria de vida, prevenir ruptura de vínculos familiares e comunitários, potencializar a superação e a autonomia das famílias e comunidades, promover acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, a inserção da família na rede de proteção social de Assistência Social, viabilizar acesso aos demais setores.

Observa-se que através da aplicação deste questionário, as atribuições do PAIF não estão sendo realizadas como prevê a legislação, sendo realizados serviços de forma totalmente fragmentada.

Na perspectiva da gestora o CRAS possui estrutura física adequada ao desenvolvimento das ações e atividades inerentes ao equipamento e acessível aos seus usuários, possuindo uma recepção, quatro sala de atendimento individual, uma

sala para atividade em grupo, três banheiros, uma cozinha, sala para realização de cursos, uma “brinquedoteca”. O imóvel utilizado pela instituição é próprio.

A entrevistada se sente insegura quando é questionada sobre as instalações do PAIF. A unidade possui internet, e um carro destinado a este setor. A atual gestora da Política de Assistência Social possui nível de instrução e formação em Serviço Social, efetiva, possui experiência anterior no setor de Assistência Social. A instituição possui quatro profissionais concursados, dois com contratos temporários, todos com carga horária de quarenta horas semanais.

É realizado cursos de capacitação quinzenalmente, telepresencial, fornecidos pela SEDESE, executado pelo Governo Federal. As instâncias locais que participam da Política de Assistência Social são os Conselhos e outros, marcados pela profissional, que não se especificou, não havendo participação dos usuários na implantação da Política Municipal de Assistência Social. O poder público e sociedade civil possuem quatro Conselhos cada um, as reuniões acontecem mensalmente, o órgão gestor providencia equipamentos e infraestrutura para o Conselho que compartilha com a Secretária Municipal de Assistência Social.

Os equipamentos e infraestrutura providenciados foram: ramal telefônico, computador com acesso à internet, sendo avaliadas pela gestora em boas condições de infra - estrutura e equipamentos. O órgão gestor não providencia o custeio das despesas para garantir a participação dos representantes da sociedade civil no conselho. Não é desenvolvida pelo conselho uma política de formação continuada para conselheiros, gestores e membros dos fóruns permanentes de controle da Assistência Social. Impedindo que aconteça uma atualização sobre os serviços, os conselhos constituem um dos instrumentos de efetivação da participação popular, no processo de gestão político administrativo, financeiro e técnico operativo, com caráter democrático e descentralizado.

Para Moretto e Silveira (2010), é preciso buscar a consolidação de implementação dos Conselhos de Assistência Social nas três esferas de governo, onde se prevê a participação do Estado e da sociedade civil, que representa um grande avanço para a Política de Assistência Social, pois, são essenciais para a consolidação dessa esfera pública.

A profissional relata desconhecer quais órgãos foram criados nos últimos anos para ampliar a Defesa Social, demonstrando desconhecimento sobre as medidas que foram ampliadas para a participação e controle social, como ouvidoria de Assistência Social, defensoria pública, delegacias especializadas, Ministério Público.

Deixou em vago a pergunta sobre como o conselho avalia as condições de trabalho? Mas a mesma avalia o tempo dos debates para tomada de decisões como suficiente, afirma que os documentos a serem lidos e apresentações feitas pelos gestores e técnicos são claras e compreensíveis, o tempo usado para a leitura dos documentos são suficiente para leitura e análise. E quanto à tomada de discussão e decisões, as regras do debate são claras e a tomada de decisões acontece de forma coletiva, sendo respeitadas as decisões tomadas pelo conselho.

Ao analisar estes últimos dados, verifica-se que o conselho possui um funcionamento por parte do Estado, mas há uma ausência da participação de seus usuários e da sociedade civil, podendo entender as perguntas omitidas citadas acima. Moretto e Silveira (2010), a sociedade civil deve participar na gestão das políticas sociais, sendo materializado na Constituição Federal de 1988 que ao introduzir artigos que estabeleceram a participação dos cidadãos nas decisões das políticas públicas, entre elas a Política de Assistência Social.

Fruto das reivindicações de espaços de participação social na esfera pública, até então dominadas pelos agentes estatais, os conselhos surgiram na história das políticas sociais no Brasil na última década do século XX como estratégia para a sociedade civil participar da gestão das políticas públicas, em prol de um estado democrático, significando uma nova relação entre Estado e sociedade (MORETTO e SILVEIRA, 2010, p. 10).

A participação social fortalece a Política de Assistência Social e deve ser prioridade da gestão e dos profissionais que atuam na política, viabilizar a participação da sociedade civil nas decisões e no acompanhamento das políticas sociais, bem como na fiscalização da execução das ações dos planos, por isso, a importância da avaliação e monitoramento das ações pela gestão. Quando perguntado sobre os planos anuais e plurianuais e quais elementos são considerados para tomada de decisões, foi evasiva.

Segundo informações do questionário os conselhos recebem os planos de aplicação dos recursos do FMAS para a análise e aprovação, uma vez por ano, o envio de

planos de aplicação acontece em tempo hábil, que permite ao conselho analisar. O conselho recebe a planilha de gastos do FMAS para a análise e aprovação, uma vez por ano, sendo enviada dentro do tempo que permite ser analisada pelo conselho.

A pergunta como os conselhos discutem com as suas respectivas organizações os temas em debate no conselho e quais são os meios utilizados pelos conselheiros para o repasse das discussões/deliberações do CMAS à sua organização, a resposta foi ignorada.

“Os conselheiros obtêm informações sobre o conselho por telefone ou convocação por escrito”, segundo a gestora, às vezes os mesmos acessam a Rede SUAS para buscarem informações sobre o Município, e nem todos possuem a senha para acessar os dados, sendo deixado em branco no questionário o quadro que pedia para informar como as organizações da sociedade civil que participam dos conselhos.

Segundo Moretto e Silveira (2010), os conselhos são considerados espaços que visam à socialização da política e a partilha de poder, como um dos mecanismos da democratização na perspectiva de estabelecer novas relações entre Estado e sociedade, que pressupõem a autonomia, democracia e participação.

Como já relatado acima o monitoramento e avaliação das ações do Plano Plurianual são de extrema relevância na gestão dos programas. O quadro que pedia para listar as ações de monitoramento e avaliação da Assistência Social e a pergunta se há vigilância social estruturada no Município, não foram respondidas. Assim, não fica clara esta questão, deixando margem para questionamentos e dúvidas sobre um instrumento tão importante para qualquer gestão.

De acordo com PNAS (2005), a formulação e a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação, é uma ferramenta importante para a consolidação da PNAS e implementação do SUAS, sendo uma construção prioritária e fundamental, e deve envolver esforços das três esferas do governo. Essa implantação é necessária para sistematizar o monitoramento e avaliação das informações que envolvem a área de planejamento institucional que aparecem como componente

estrutural do sistema descentralizado e participativo, em relação aos recursos e sua alocação, aos serviços prestados a seus usuários.

Segundo a gestora, o FMAS de Santa Margarida foi instituído entre 2004 e 2005, recebe recursos do Fundo Nacional de Assistência Social–FNAS. A prefeitura aplicou recursos do orçamento próprio todos os anos na Assistência Social, esses recursos constam na Lei Orçamentária Municipal. Mas a profissional omite perguntas como se todos os recursos do tesouro municipal destinados à Assistência Social foram alocados no FMAS, se na Lei orçamentária Anual estão previsto fontes de financiamento próprio para a Assistência Social, podendo nos levar também a questionar se os recursos deste setor estão sendo gastos por suas demandas e implementações.

Segundo a gestora o percentual do orçamento Municipal foi efetivamente gasto com a Assistência Social de 3% a 5%, mas o que diz respeito ao FMAS e Fundo Estadual possuir uma conta para a movimentação dos recursos e se são movimentados, foram omitidas. Percebe-se a centralização dos serviços e do acesso as informações, impossibilitando uma análise real dos dados. Pode - se afirmar das limitações da pesquisa principalmente pela não declaração de informações. Além do desconforto causado diante de diversas questões do questionário associada a uma insegurança em responder as perguntas provocou um resultado com inúmeras questões em branco e vários questionamentos.

Na perspectiva de Iamamoto (2007), é preciso decifrar o movimento societário, situando o Serviço Social, na dinâmica das relações de estado e sociedade. Em 1980 o trabalho do assistente social estava mais voltado para Estado e menos para a sociedade. O código de ética indica um rumo ético político, mas tem como desafio materializar os princípios éticos no cotidiano do trabalho, tendo um compromisso com a profissão. “[...] Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impresso” (2007, p.77).

A partir dos dados coletados os recursos recebidos do FNAS e/ou do FEAS são aplicados nas ações executadas diretamente pela prefeitura, o Município aplica recursos próprios nas ações de execução direta, são depositados na conta do Fundo

Municipal, utiliza recursos orçamentários próprios nas ações executadas diretamente pela prefeitura. Os recursos definidos nas subvenções sociais são repassados ao FMAS. Esses recursos são passados parcialmente para serem aplicados de acordo com as metas no PMAS, sendo divulgados pelo gestor os recursos gastos com a Assistência Social, mas com frequência que isso acontece apontou como às vezes, se utilizando de eventos para divulgar e reuniões do CMAS. E que apresentado crescente aplicações dos recursos, contribuindo para o aumento do repasse estatal e federal, mas não existem critérios para a partilha dos recursos próprios entre ações assistenciais no Município.

As perguntas como recursos financeiros são utilizados no desenvolvimento da Política de Assistência Social e aplicados em seu desenvolvimento e ao orçamento, não foram respondidas. A profissional justificou que por ser final de ano a contabilidade estava fechando as contas da prefeitura e por isso não pôde repassar estes dados.

As políticas apontadas que tem articulado com a PNAS foi á educação, saúde e habitação, outras políticas como cultura, turismo, planejamento, justiça, cidadania, entre outras, não fora enumeradas, mas que deveria existir no Município, sendo importante tanto para os usuários da Política de Assistência Social como para a cidade, fortalecendo e implementação do SUAS.

Segundo Iamamoto (2007), a profissão tem olhado menos para a sociedade e mais para o Estado. Com a hipótese de que as reflexões sobre o fazer profissional tem dado prioridade à análise de intervenção do Estado, via políticas sociais públicas, e seu efeito vem sendo refletidos na sociedade. Fazer uso do código de ética indica um caminho ético - político, que nos leva ao horizonte para o exercício profissional, mas temos como desafio a materialização dos princípios éticos no cotidiano dos profissionais, para impedir que se transformem em indicativos abstratos, desligados do processo social. A partir da análise destes dados fica explícito a forma precária de inserção dos trabalhadores em todos os setores.

Para Rachelis (2011), o mercado de trabalho cada vez mais heterogêneo é marcado pela vulnerabilidade estrutural que se insere os trabalhadores/as, algumas vezes explícitas ou disfarçadas, em todos os setores e atividades, apresentando

desestabilidade, perdas de direitos e vínculos, que demonstra uma condição provisória, mas que pode se tornar permanente. E as estratégias para a intensificação do trabalho acontecem gradativamente, muitas vezes não sendo claras para os trabalhadores, mas ganham lugar nas cobranças e exigências de produtividade, com o aumento de tarefas, nas características do trabalho intelectual demandado, que acompanha o peso da responsabilidade assumida pelo trabalhador/a.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já visto anteriormente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a família– PAIF é o principal componente da proteção social básica, segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), consiste em um trabalho social com famílias, de caráter continuado, que realiza suas ações por meio de potencialidades e aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvendo ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, para que possam promover e fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

A partir da realização deste trabalho que possui como principal objetivo realizar uma análise exploratória e comparativa sobre a Configuração do PAIF do CRAS de Santa Margarida–MG e sua conformidade com as diretrizes do SUAS, verificou-se a não conformidade com a legislação e diretrizes do SUAS. Observou-se diversos fatores que contribuem, confirmam e reforçam esta realidade, tais como o descomprometimento e desconhecimento do Município sobre a Política de Assistência Social e a não adequação à legislação e normativas do SUAS.

A precarização das condições de trabalho dos profissionais que gerenciam e atuam no CRAS e no PAIF, foram motivos de destaque e preocupação neste estudo, a conformidade desses profissionais com a realidade adversa expressam as condições de alienação e sujeição do Serviço Social dentro da Política de Assistência Social. Esta realidade indica a necessidade de repensar questões importantes como a organização da categoria e o comprometimento com o projeto ético político da profissão.

A inexistência de conselhos atuantes e efetivos em seu papel no controle democrático são fatores que demonstram uma política centralizadora, sem participação da sociedade e dos próprios profissionais, sem fiscalização e principalmente sem nenhuma proposição para mudança que tornam - se necessárias e urgentes.

Na segunda parte do questionário aplicado, as ações desenvolvidas pelo PAIF tem como usuários idosos, beneficiários do Programa Bolsa Família e crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar e/ou Ministério Público. Podendo perceber que funções como busca ativa, estudo social não são realizados, tendo serviços realizados de forma fragmentada. O PAIF exige intervenções que trabalhem aspectos objetivos e subjetivos que envolva a função protetiva da família e ao direito à convivência familiar. “Ao abordar a família como um todo em suas necessidades, disponibilizar sua oferta em locais próximos da moradia dos usuários e prevê a busca ativa, pelos profissionais, das famílias que vivenciam situações de maior vulnerabilidade social, tem o desafio de romper com a lógica da fragmentação” (BRASIL, 2012, p.8).

Para a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), os usuários deste serviço é interessante que participem de atividades culturais, que possam acrescentar em seu universo informacional que possam proporcionar às famílias novas vivências. Pois é por meio cultural que os seres humanos vivenciam o processo de socialização, uma vez que as identidades sociais são construídas por meio de representações culturais. Este tipo de atividade não são realizadas por este serviço no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Santa Margarida–MG, como também o acompanhamento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada–BPC, acontece apenas alguns acompanhamentos. Neste acompanhamento ocorre o cadastramento, visita domiciliar e orientações, visitas em caso de procura ou vizinhos que vão até o CRAS para solicitar ao profissional que faça uma visita à determinada pessoa. Não é realizado convites, incentivos na cidade para que este público procure os serviços prestados pelo PAIF.

As atividades realizadas no grupo de convivência de pessoas beneficiárias do BPC, possuem pessoas que não são beneficiárias deste benefício, pessoas como ex-professoras, ex - funcionários públicos, entre outras. Mas as atividades realizadas são de escolha dos usuários, sempre desenvolvendo as mesmas atividades, justificado pela coordenadora do CRAS que para não perder estas usuárias deixam que elas decidam o que preferem fazer.

Para as Orientações Técnicas sobre o PAIF V.1 (2012), o acompanhamento das famílias com beneficiários do BPC devem ser reconhecidos como segmentos

populacionais com graus de risco e vulnerabilidade sociais variadas. Consideram-se as características do ciclo de vida do idoso, da deficiência e do grau de impedimentos da pessoa com deficiência, como as características das famílias e da região onde vivem. As ações do PAIF devem ser planejadas e avaliadas com a participação das famílias, das organizações e movimentos populares do território, buscando o aperfeiçoamento dos serviços, a partir de sua melhor adequação às necessidades locais, como o fortalecimento do protagonismo destas famílias, dos espaços de participação democrática e de instâncias de controle social.

O trabalho desenvolvido com famílias acontece de forma fragmentada, onde cada indivíduo é atendido e participa das ações desenvolvidas pelo PAIF, separados dos demais familiares, não acontece a troca de experiências das famílias. Segundo as orientações Técnicas sobre o PAIF V.1 (2012), é preciso desconstruir o modelo ideal de família e de trabalho social, rompendo com a imagem de que a família é somente um espaço de proteção e cuidado mútuo, mas entender que este também é um “lugar” que existem conflitos e violências, podendo ser reflexo das desigualdades sociais existentes na sociedade. O trabalho social deve incentivar a troca de experiências das famílias e desenvolver ações a partir das especificidades vivenciadas de apoio, em especial o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. “O trabalho social com famílias, assim, apreende as origens, significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS” (BRASIL, 2009, p. 7).

Os grupos de convivências e os demais trabalhos sociais oferecidos pelo PAIF, não possui somente beneficiários do BPC e benefícios de transferência de renda, “sugere-se que o trabalho social com famílias do PAIF voltado às famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais tenha por foco a compreensão da renda como direito, o resgate de trajetórias de liderança, o empoderamento e a participação social entre outras aquisições” (BRASIL, 2012, p.38).

O PAIF para desenvolver suas ações deve possuir uma equipe de trabalho da Política de Assistência Social que é responsável por sua implementação. A equipe

deve ser formada por um profissional de Serviço Social, um psicólogo e dois profissionais de nível médio. Mas na unidade onde este programa é oferecido, o programa conta com uma assistente social e psicóloga, o que dificulta o desenvolvimento e qualidade das ações ofertadas, levando a serem realizadas de forma fragmentada, causada pelo sucateamento dos serviços e das condições de trabalho dos profissionais.

Para Iamamoto (2007), o domínio do capital, o desemprego e a crescente exclusão de contingentes de trabalhadores que possam ser inseridos ou reinseridos no mercado, que está se tornando estreito na oferta de trabalho disponível. Podendo levar estas profissionais a aceitar a demanda imposta a elas, já que são contratadas, diante do desemprego e da retração do Estado em suas responsabilidades. Levando estas a terem sua autonomia relativa, acabam por não fazerem uso do código de ética, esquecendo-se de buscar a consolidação do projeto ético político, e se tornam submissas às demandas impostas pelo Estado.

A partir da elaboração deste trabalho pôde - se observar a fragmentação das ações oferecidas pelo PAIF no Centro de Referência de Santa Margarida, que pode ser observado pelos profissionais responsáveis pela oferta dos serviços, o contentamento com a situação e a falta de profissionais para execução deste programa.

Muitos usuários e pessoas que moram em Santa Margarida não sabem onde se localiza ou até mesmo o que significa as siglas CRAS, a partir disso o PAIF, não faz parte do conhecimento na comunidade e as ações e atividades desenvolvidas pelo mesmo, no entanto, esse conhecimento não é provocado por nenhum tipo de trabalho de divulgação do serviço.

Pode - se observar que a configuração do PAIF do CRAS de Santa Margarida não está em conformidade com Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com ações e trabalhos fragmentados, não contribuindo desta forma para a emancipação das famílias usuárias dos serviços. Uma questão agravada pelo sucateamento e precarização do espaço sócio - ocupacional do Serviço Social, pelo descaso com a Política de Assistência Social por parte do município e pelo descomprometimento do Serviço Social com o projeto ético político.

6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Delma R. e SILVA, Janaina C. **Refletindo sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social/SUAS**. São Luis - MA, 2005. Disponível em: www.joinpp.ufma.br. Acesso em: 02 de Set. de 2012.

ANTUNES; Ricardo. **A Dialética do trabalho**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (org). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2004.

BONETTI, Dilsea Adeodata. et al. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise**. 6. ed. São Paulo:Cortez, 1995.

BRASIL. Assistência Social e Segurança Alimentar. **Políticas Sociais – acompanhamento análise**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004.

_____. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência social – CRAS**. Brasília: Senado, 2009.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Senado, 2004.

_____. **Sistema Único de Assistência Social V.1: Configurando os Eixos de Mudanças**. Brasília: Senado, 2008.

_____. **Sistema Único de Assistência Social V.2: Desafio da Gestão do SUAS nos Municípios e Estado**. Brasília: Senado, 2008.

_____. **Sistema Único de Assistência Social V.3: Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração**. Brasília: Senado, 2008.

_____. **Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Senado, 2009.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF V.1: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Senado, 2012.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF V.2: trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**. Brasília: Senado, 2012.

_____. **Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais**. Brasília: Senado, 2009.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. In: CRESS-7ª Região. *Assistente social: ética e direitos*. Rio de Janeiro, 2005.

COUTO, Berenice R. et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTO, Berenice R. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da Assistência Social. **Concepção e Gestão da Proteção Social na Contributiva no Brasil**. Brasília: UNICEF, 2009.

GARCIA, Marcelo. Sistema Único de Assistência Social. 2009. Disponível em: <http://www.marcelogarcia.com.br>. Acesso em: 10 de Set. de 2012.

GUMARÃES, Christina dos Passos. **Política de Assistência social e o SUAS: um novo marco regulatório em pauta**. São Luis – MA, 2007. Disponível em: www.joinpp.ufma.br. Acesso em: 19 de Nov. de 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ITANORAÍ, Nathalie Reis. **A Proteção social da família Brasileira Contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em: 25 de Set. de 2012.

LORETO, Maria das Dores S. **Família na Contemporaneidade: estudo e intervenção social**. 2009. Disponível em: <http://www.xxcbed.ufc.br>. Acesso em: 25 de Set. de 2012.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org). **Família Brasileira a Base de Tudo**. 10. ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: UNICEF, 2011. Cap. 1, p. 26-48.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. 1999. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br>. Acesso em 08 de Nov. de 2012.

PEREIRA, Viviane Souza. **Particularidades e Desafios de Gestão no Processo de Implementação do Sistema Único de Assistência social – SUAS no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://www.machadosobrinho.com.br>. Acesso em 14 de Abr. de 2012.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 107, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 de Nov. de 2012.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 104, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 09 de Novembro de 2012.

REIS, Marcelo B. M. **Notas sobre o Projeto ético-Político do Serviço Social**. Disponível em: <http://www.loccus.org>. Acesso em: 08 de Nov. de 2012. Não achei o ano desse artigo.

SANTOS, Michelly de Barros S. **A Política de Assistência Social sob a Perspectiva da Mulher: um estudo a partir das famílias atendidas no CRAS – Vila Brasília**. Volta Redonda. 2007.

SILVA, Brenda F. **As Instâncias Decisórias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Federalismo Brasileiro: Estratégias de pactuação na Comissão Intergestores Tripartite – CIT**. 2010

SCHMIDT, Janaina A. de C. **Gestão da Política Pública de Assistência Social: elementos para o debate**. 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br>. Acesso em: 27 de Fev. de 2012.

SPOSAT, Aldaíza. **Horizontes da e Para a Política de Assistência Social no Brasil de 2009: elementos para discussão**. 2009. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br>. Acesso em: 09 de Set. de 2012.

STOPA, Roberta. **A Política de Assistência Social do Direito: notas para**

reflexão. 2010. Disponível em: <http://www.faac.unesp.br>. Acesso em: 02 de set. de 2012.

TAKASHIMA, Geney M. K. O desafio da política de atendimento a família: das vida às leis – uma questão de postura. **Família Brasileira a Base de Tudo.** In. KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org). 10. ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: UNICEF, 2011. Cap. 1, p. 77-92.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Sistema de Proteção Social Brasileiro: modelos, dilemas, e desafios.** 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br> Acesso em: 27 de Fev. de 2012.

ZIMMERMANN, Clóvis R.; ANDRADE, Fabrício F. **sistemas de Proteção Social e o SUAS: análise de em construção.** 2008. Disponível em: <http://www.uepg.br>. Acesso em: 02 de Set. de 2012.

APÊNDICES

APENDECE A

FACULDADES DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU – FACIG -

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

PESQUISA PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
QUE POSSUI COMO TEMA E ANÁLISE “A CONFIGURAÇÃO DO PAIF DO CRAS DE
SANTA MARGARIDA - MG”

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por este documento você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, que busca identificar a materialização sobre a Configuração do PAIF do CRAS de Santa Margarida. Trata-se de uma pesquisa 8º período do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu. Esta pesquisa será realizada pela aluna Adelita Herculano Viana sob a orientação da professora, e Noêmia de Fátima Silva Lopes.

Como técnica de coleta de dados será aplicada um questionário com roteiro, sendo assegurado ao participante: a) garantia de esclarecimentos antes e durante o decorrer da pesquisa e elaboração do trabalho, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização; b) liberdade de se recusar a participar ou recusar seu consentimento; c) garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais, assegurando absoluta privacidade; d) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações, não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Na condição de entrevistado(a), receberá uma cópia deste Termo em que constará o telefone do pesquisador, podendo sanar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

“Eu, _____ portador do RG nº _____ declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelo pesquisador e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para a realização desta. Fico ciente também que uma cópia deste Termo permanecerá arquivada com a pesquisadora da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, responsável por esta pesquisa”.

Manhuaçu -MG, ____ de _____ de 2012.

Assinatura do Declarante

Entrevistador (a): _____

Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu

AV. Getúlio Vargas, 733 – Coqueiro – Manhuaçu – MG

CEP.: 36900-00 Tel.: (33) 3331-7000 Fax.: (33) 3331-7171

APENDECE B**A Secretária Municipal de Assistência Social: Gestora, Assistente Social e Psicóloga do Município de Santa Margarida - MG:**

O curso do Serviço Social da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu tem como obrigatoriedade para a conclusão de Curso o TCC e os objetos de análises dos/as alunos/as estão interligados diretamente em sua maioria à análise da Política de Assistência Social, seus programas, projetos e serviços, além da profissão do Serviço Social. Isso tem contribuído sobremaneira com o conhecimento da realidade Social e profissional de nossa região. Os dados, resultados poderão servir de suporte para elaboração e avaliação de novas propostas para esta área de tamanha importância.

Por isso, contamos com seu apoio no sentido de propiciar as condições necessárias para que a pesquisadora possa aplicar o questionário em anexo, contendo questões para um completo mapeamento dos recursos, programas, projetos e dificuldades apresentadas pelo município no desenvolvimento da Política de Assistência Social, especificamente o PAIF.

A participação e a colaboração dessa Secretaria são imprescindíveis para a realização deste estudo. Sabemos o quanto gestores e demais trabalhadores da área Social se encontram envolvidos e ocupados com todas as atividades que tornam possível a execução dessa Política. No entanto, consideramos que conhecer melhor a realidade do município, além de proporcionar um novo olhar sobre as atividades realizadas, também pode contribuir para a elaboração de novas propostas e estratégias de ação que possam contribuir para o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas. Em caso de dúvida ou necessidade de esclarecimento, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Professora: Noêmia de Fátima Silva Lopes

Aluna: Adelita Herculano Viana

APENDECE C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento tem como objetivo solicitar sua participação na pesquisa sobre **A Configuração do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família -PAIF de Santa Margarida - MG**, desenvolvida pela aluna Adelita Herculano Viana do curso de Graduação em Serviço Social, sob a orientação da professora Noêmia de Fátima Silva Lopes.

A pesquisa visa contribuir para a identificação como é realizado a Configuração do PAIF de Santa Margarida – MG, caracterizando os principais desafios e oportunidades ao desenvolvimento deste programa no município, a partir do da aplicação deste questionário inerentes às dimensões socioculturais, econômicas, históricas.

Por intermédio deste Termo, ficam garantidos os seguintes direitos: a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Consentimento do(a) participante:

Eu, _____ de livre e espontânea vontade, concordo em participar desta pesquisa. Autorizo a pesquisadora a me identificar no texto final do trabalho como profissional/gestor/a da Política de Assistência Social no município de Santa Margarida- MG.

Declaro estar ciente das informações constantes deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que, a qualquer tempo, posso solicitar esclarecimentos sobre esta pesquisa; recusar-me a dar informações que julgue prejudiciais à minha pessoa; solicitar a não inclusão de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da pesquisa. Fico ciente de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com os pesquisadores da Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu e outra cópia me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Manhuaçu, _____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu
Av. Getúlio Vargas, 733, Coqueiro, Manhuaçu-MG

(33) 3331-7000

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Ao iniciar o preenchimento do questionário, observe que você identificará apenas o nome do cargo que ocupa na Secretaria. Portanto, não insira seu próprio nome em nenhuma parte do questionário. Isso é fundamental, pois preserva o anonimato do(s) informante(s).

Este instrumento está estruturado em partes. A parte I solicita informações gerais sobre a Política de Assistência Social (concepção, conteúdo, organização e estrutura do SUAS, controle social, processos de monitoramento e avaliação da política, ações intersetoriais desenvolvidas, financiamento).

As perguntas (abertas e fechadas) foram elaboradas de maneira a permitir inserir informações adequadas à realidade. Portanto, se tiver dúvidas, ou se as alternativas não contemplarem a realidade do município, insira no questionário a resposta que melhor retrate essa realidade. É por isso que, nas questões fechadas, há a alternativa “**OUTRA**”. Leia atentamente cada questão e marque a alternativa correspondente(s).

Atenciosamente,

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Adelita Herculano Viana

ANEXOS

ANEXO I

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**PESQUISA PARA A REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC
SOBRE “A CONFIGURAÇÃO DO PAIF DO CRAS DE SANTA MARGARIDA - MG”⁶****1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1. Qual a sua idade?

- ☐ de 20 a 25 anos ☐ 26 a 30 anos ☐ 31 a 35 anos ☐ 36 a 40 anos ☐ 41 a 45 anos
☐ 46 a 50anos ☐ acima de 50 anos

1.2. Sexo

- ☐ masculino ☐ feminino

1.3. Estado Civil

- ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ Separado(a) ☐ Viúvo(a) ☐ União Estável

1.4. Possui filhos?

- ☐ nenhum ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ mais de quatro.

1.5. Em que município reside?

1.6. Em que município trabalha?

1.7. Instituição em que se graduou:

1.8. Em quantas instituições você atuou desde a sua graduação? _____.

1.9. Tempo de graduação concluída:

- ☐ até 5 anos ☐ de 6 a 10 anos ☐ de 11 a 15 anos ☐ de 16 a 20 anos
☐ de 21 a 25 anos ☐ mais de 25 anos

1.10. Quanto tempo atua na área de Serviço Social?

- ☐ até 5 anos ☐ de 6 a 10 anos ☐ de 11 a 15 anos ☐ de 16 a 20 anos

⁶ O presente questionário foi uma adaptação de material elaborado pelo CRESS do Espírito Santo para pesquisa de campo no Estado.

☐ de 21 a 25 anos ☐ mais de 25 anos ☐ aposentado(a)

1.11. Sua formação atual é:

☐ Graduado(a) ☐ Especialista(a) ☐ Mestre (a) ☐ Doutor(a) ☐ Pós-Doutor(a)

Em que área:

Instituição:

1.12. Sua última participação em eventos relacionados a sua atuação ocorreu:

☐ há 3 meses ☐ há 6 meses ☐ há 1 ano ☐ há 2 anos ☐ há mais de 3 anos

2. INSTITUIÇÃO

* Responder as perguntas de acordo com seu principal vínculo.

Entende-se por PRINCIPAL o vínculo empregatício que seja mais estável e/ou de maior carga horária e/ou de sua maior afinidade.

Nome da Instituição: _____

Telefone: _____

Endereço: _____

2.1. Natureza da Instituição:

☐ Público Federal ☐ Público Municipal ☐ Público Municipal ☐ Privada

☐ Economia mista ☐ Sociedade Civil Organizada

☐ Outra _____

2.2. Tempo de atuação na Instituição:

☐ até 2 anos ☐ de 2 a 5 anos ☐ de 6 a 10 anos ☐ de 11 a 15 anos

☐ de 16 a 20 anos ☐ de 21 a 25 anos ☐ mais de 25 anos

2.3. Qual vínculo empregatício você mantém?

☐ Celetista ☐ Estatutário / RJU ☐ Contrato Temporário ☐ Prestação de Serviço

☐ Voluntário ☐ Cargo Comissionado ☐ Aposentado

2.4. Qual (is) a (as) área (as) de atuação?

- ☐ Saúde ☐ Idoso ☐ Recursos Humanos ☐ Jurídica ☐ Família
☐ Cooperativismo ☐ Criança e Adolescente ☐ Previdência
☐ Assistência Social ☐ Desenvolvimento Humano ☐ Juventude ☐ Outras:

2.5. Qual o nível de atuação?

- ☐ Coordenação ☐ Gestão ☐ Planejamento ☐ Execução

2.6. Qual cargo ocupa na Instituição?

2.7. Desenvolve atividades que não competem ao Serviço Social?

- ☐ Sim ☐ Não

Se sim, quais?

2.8. Algum profissional de outra área exerce atividades que são privativas ao Assistente Social?

- ☐ Sim ☐ Não

Se sim, quais?

2.9. Cite até cinco principais problemas relacionados às condições de trabalho:

2.10. Houve mudança em relação à política de trabalho na Instituição nos últimos 5 anos?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, quais?

2.11. Houve mudança no perfil dos usuários nos últimos 5 anos?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, quais?

2.12. As condições de trabalho permitem a atuação profissional tendo por base o Código de Ética de 1993?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Justifique sua resposta:

2.13. Qual sua renda total?

☐ até R\$ 1.050, 00 ☐ de R\$ 1.051, 00 a R\$ 2.100, 00

☐ de 2.101, 00 a 3.150, 00 ☐ mais de R\$ 3.150, 00.

2.14. Qual sua carga horária semanal?

☐ menos de 20 h ☐ 20 h ☐ 40 h ☐ mais de 40 h.

2.15. Como você desenvolve suas atividades?

☐ Sozinho(a) ☐ Em equipe de Serviço Social ☐ Em equipe multidisciplinar

☐ Em equipe interdisciplinar.

2.16. Acha suficiente o número de Assistentes Sociais que trabalham na Instituição para atender às demandas do Serviço Social?

☐ Sim ☐ Não

3. RELAÇÕES DE TRABALHO

3.1. Você já ficou desempregada?

() Sim () Não

Se sim, por quanto tempo? _____.

Esse período de desemprego foi ininterrupto?

() Sim () Não

3.1.1. Você desenvolveu outra atividade remunerada nesse período?

() Sim () Não

Se sim, qual (is)?

3.2. Possui outros vínculos empregatícios?

() Sim () Não

Se sim, quantos? _____.

As perguntas 3.2.1 e 3.2.2 são para quem respondeu SIM na pergunta 3.1

3.2.1. Qual a motivação de possuir este outro vínculo?

() Complemento de renda () Tempo livre em excesso () maior identificação com a área

() Realização profissional () Falta de profissionais no mercado () Melhores condições

de trabalho () Outras:

3.2.2. O (s) outro (s) vínculo (s) exerce (m) alguma influência sobre aquele vínculo principal?

() Sim () Não

Se sim, Qual (is)?

3.3. Exerce outra atividade remunerada?

() Sim () Não

Se sim, quais? E por qual (is) motivo (s)?

3.4. Seu trabalho repercute sobre sua saúde?

() Sim () Não

De que maneira?

3.5. Seu trabalho repercute sobre sua vida social, pessoal e familiar?

() Sim () Não

De que maneira?

4. MILITÂNCIA E PARTICIPAÇÃO

4.1. Participa de eventos realizados pela categoria?

() Sim () Não

Por quê?

4.2. Participa de algum movimento social e/ou associativo?

() Sim () Não

Por quê?

Se sim, quais?

() Movimento da categoria de Assistente Social () Movimento Sindical () Associação de Moradores () Movimento Negro () Movimento de Mulheres () Ambientalista () Movimento em Defesa da Diversidade Sexual () Religiosos () Movimento relacionado a Questões

Agrárias () Movimento Partidário () Outros:

4.2.1. Qual sua situação junto a esse movimento?

() Sou dirigente () Sou militante de base () Sou apenas filiado

4.3. Você participa de Conselhos de direitos ou de políticas sociais?

() Sim () Não

Por quê?

Se sim, quais?

() Direitos Humanos () Assistência () Saúde () Idoso () Mulher () Criança e Adolescente () Juventude () Outros:

5. DEMANDAS

5.1. Qual (is) a (s) demanda (s) da instituição em que você está inserido?

5.2. Qual (is) a (s) demanda (s) do usuário?

5.3. Em qual (is) Política (s) Social (is) o seu trabalho está inserido?

ANEXO II

1. IDENTIFICADOR DO QUESTIONÁRIO¹

1.1. Município: Santa Margarida - MG

1.2. Procedimentos adotados para preenchimento deste questionário

- () Reunião com a equipe de Assistência Social do município
- () Contribuições escritas formuladas pela equipe
- () Contribuições escritas formuladas individualmente por integrantes da equipe
- () Contribuição da participante da pesquisa no município, na coordenação, consulta a documentos oficiais e organização documental.
- () Todas as listadas acima

1.3. Dados do(s) informante(s):

Setor: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Telefone:

1.4. Data: ____/____/____

2. CONCEPÇÃO E CONTEÚDO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1. Qual órgão responde pela Política de Assistência Social no Município (escreva o nome do CRAS/órgão/setor/coordenação ao qual esta Política está vinculada):

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

2.2. As ações da assistência social existentes no município:

- () São executadas, em sua maioria, pelo órgão gestor
- () São executadas, em sua maioria, pelas entidades não governamentais

2.3. Para implementar a Política de Assistência Social, o órgão gestor:

- () Está ampliando a execução direta das ações
- () Está reduzindo a execução direta e transferindo as ações para as organizações não governamentais
- () Está apenas mantendo as ações

2.4. As ações de execução direta realizadas pela prefeitura são destinadas, majoritariamente, para:

- ☐ Idosos
- ☐ Pessoas com deficiência
- ☐ Doentes crônicos
- ☐ População em geral
- ☐ Migrantes
- ☐ População em situação de rua
- ☐ Indígenas
- ☐ Outra categoria social. Especificar:

2.4.1. As ações desse projeto e serviço e todos acima, foram resultantes de demandas de usuários:

- ☐ Sim ☐ Não

2.5. O município possui Lei Orgânica da Assistência Social?

- ☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo, indique número e ano de criação: _____. Atualizações: _____.

2.6. Enumere (de 01 a 10), por ordem de importância, os instrumentos jurídicos e normativos que orientam a Política Municipal de Assistência Social.

- ☐ Lei Municipal da Assistência Social
- ☐ LOAS
- ☐ PNAS
- ☐ NOB-SUAS
- ☐ Plano Municipal.
- ☐ Relatório de Conferências Municipais
- ☐ Relatório de Conferências Estaduais
- ☐ Relatório de Conferências Nacionais
- ☐ Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
- ☐ Outros. Especificar: resolução nº 109 - de 11/11/2009 - tipificação nacional de serviços socioassistenciais.

2.6.1. Existe recurso específico destinado ao PAIF? Se existe recurso qual o valor investido em 2012?

2.7. Quais são os entraves enfrentados pelo Município para o cumprimento dos princípios da LOAS e PNAS?

Princípios	Entraves

3. DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3. O Município tem Plano Municipal de Assistência Social?

() Sim

() Não*

3.1. Foi elaborado o Plano Plurianual ?

() Sim

() Não*

3.2. Em caso afirmativo, informe:

3.2.1. Data da Primeira versão do Plano Municipal: não é do nosso conhecimento

3.2.2. Data da Última versão do Plano Municipal:

3.2.3. Em caso afirmativo, este Plano foi aprovado pelo Conselho?

() Sim () Não

3.3. Quais são os documentos, informações e recursos técnicos utilizados para a elaboração do Plano de Assistência Social?

3.3.1. Assinale os itens contidos no Plano Municipal de Assistência Social:

- () Objetivos gerais e objetivos específicos
- () Diretrizes
- () Prioridades
- () Ações e estratégias correspondentes para sua implementação
- () Metas estabelecidas
- () Recursos materiais, humanos e financeiros
- () Mecanismos e fontes de financiamento
- () Cobertura da rede prestadora de serviços
- () Indicadores de monitoramento e avaliação
- () Diagnóstico Social do Município-(sucinto).
- () Resultados e impactos esperados

3.4. Participação dos Segmentos na Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social

Segmentos	Etapas	Frequência		
		Sempre	Às vezes	Nunca
Conselho Municipal de Assistência Social	Elaboração do diagnóstico do Município			
	Definição das ações e do orçamento			
	Redação do Plano			
	Em todas ou na maioria das atividades			
	Apenas na análise do plano já pronto			
Entidades de Assistência Social	Elaboração do diagnóstico do Município			
	Definição das ações e do orçamento			
	Redação do Plano			
	Em todas ou na maioria das atividades			
	Apenas na análise do plano já pronto			
Usuários	Elaboração do diagnóstico do Município			
	Definição das ações e do orçamento			
	Redação do Plano			
	Em todas ou na maioria das atividades			
	Apenas na análise do plano já pronto			
Trabalhadores da Política de Assistência Social	Elaboração do diagnóstico do Município			
	Definição das ações e do orçamento			
	Redação do Plano			

3.4. Liste as ações previstas no Plano de Assistência Social e assinale com X aquelas que foram implementadas.

Ações Prevista	Executada	
	Sim	Não
BPC		
Benefícios Eventuais		
CAD único/PBF		
PROJOVEM adolescente		
CASA- Centro de Atendimento Socioeducativo		
Albergue - (população migrante)		
Centro da Juventude		
PETI- (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)		
AABB/ Comunidade		
Bombeiro Mirim		
PAIF		
PAEFI		
Telecentro – GECA		
Centro de Atendimento ao Migrante		
Implantação do SINE		
Programa de qualificação profissional		
Programa L.A e PSC		
Programa CASA LAR		

Execução Indireta		
Atendimento ao Idoso		
Atendimento ao Excepcional		
Abrigamento de Crianças (0 a 12 anos)		

4. DA IMPLANTAÇÃO DO SUAS E DO PAIF

4. Descreva sucintamente os encaminhamentos e providências adotadas entre município, a Secretaria de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e o estado, no sentido de viabilizar a implantação do SUAS.

4.1. O município está na gestão plena da Assistência Social e tem aderido aos serviços socioassistenciais previstos no SUAS, inclusive com o co-financiamento do estado? Também tem adquirido imóveis para implantação dos CRAS ?

4.2. Como tem sido a Participação na Comissão Intergestores Bipartite e colegiado de gestores para pactuação de recursos financeiros?

4.3. Quais ações de capacitação são desenvolvidas para efetivação do SUAS?

4.4. Quais convênios estão firmados com a SEDESE?

4.5. Indique as ações pactuadas entre o município e a instância estadual para efetivação do SUAS e assinale com um “x” aquelas que foram executadas.

Ações Pactuadas	Ações Executadas
Implantação e manutenção do CRAS	
Implantação do CASI	
Aquisição de equipamentos e veículos para melhor estruturação do CREAS	

4.6. Quais ações realizadas pelo MDS que contribuem para a efetivação do SUAS no município.

4.7. Assinale os requisitos cumpridos pelo município para habilitação no SUAS.

Requisitos para habilitação no SUAS	Cumpridos
Comprovação da criação e funcionamento dos CMAS, CMDCA e CT	
Comprovação da criação e funcionamento do FMAS	
Elaboração e apresentação do Plano Municipal aprovado pelo CMAS	
Alocação e execução de recursos próprios no FMAS	
Instituição de CRAS no município	
Manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais, com equipe profissional composta por, no mínimo, 1(um) assistente social	
Elaborar plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do BPC	
Estruturação da Secretaria Executiva do CMAS com profissional de nível superior	
Demonstrar capacidade instalada na proteção social de alta complexidade	
Realizar diagnóstico de áreas de vulnerabilidade e riscos a partir de estudos e pesquisas	
Cumprir pactos de resultados, com base em indicadores sociais comuns previamente estabelecidos.	

Garantir a prioridade de acesso nos serviços de proteção social básica e/ou especial, de acordo com suas necessidades, às famílias e seus membros beneficiários do Bolsa Família.	
Instalar e coordenar o sistema municipal de monitoramento e avaliação das ações de assistência social por nível de proteção básica e especial, em articulação com o sistema estadual, validado pelo sistema federal.	
Gestor do FMAS nomeado e lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere.	
Elaborar e executar política de recursos humanos, com implantação de carreira para servidores públicos que atuem na área de assistência social.	

4.8. Liste abaixo os elementos facilitadores e dificultadores para o cumprimento dos requisitos para habilitação assinalados na questão acima.

Elementos facilitadores	Elementos dificultadores

4.9. Liste os principais setores envolvidos na efetivação do SUAS no Município:

4.10. Considerando os setores acima listados, indique os elementos facilitadores e os dificultadores para a articulação entre eles e a efetivação do SUAS no município:

--	--	--	--	--

4.16. Relacione as ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica no município e seu usuário:

Programa 1 ▶		Usuário ▶	
-----------------	--	--------------	--

Programa 2 ▶		Usuário ▶	
-----------------	--	--------------	--

Programa 3 ▶		Usuário ▶	
-----------------	--	--------------	--

Programa 4 ▶		Usuário ▶	
-----------------	--	--------------	--

Programa 5 ▶		Usuário ▶	
-----------------	--	--------------	--

Benefício ▶		Usuário ▶	
-------------	--	--------------	--

4.17. Há estratégias para a articulação entre serviços, benefícios, programas e projetos na Assistência Social?

() Sim
parte

() Não

() Em

4.17.1. Em caso afirmativo, total ou parcialmente, liste quais as estratégias utilizadas:

4.17.2. Em caso negativo, justifique sua resposta:

4.18. De que forma os usuários tomam conhecimento dos serviços oferecidos pelos CRAS no município?

- () Divulgação na mídia local (rádio, TV, jornal, internet, carro de som)
- () Por ação de esclarecimento dos técnicos junto à comunidade.
- () Pelos próprios usuários
- () Por lideranças locais
- () Outros. Especifique:

4.18.1. Como é realizado o conhecimento das demandas do PAIF?

4.19. Segundo a Tipificação Nacional de Assistência Social – 2009, o PAIF realiza um trabalho social com famílias no âmbito do CRAS, de caráter continuado, possui a finalidade de fortalecer vínculos familiares e comunitários, prevenir a ruptura dos vínculos, promover o acesso aos direitos, desenvolver ações culturais e promover a melhoria da qualidade de vida. De ante da proposta da Tipificação, o PAIF de santa Margarida tem atingido suas metas e seu principal objetivo? Justifique a resposta.

4.19.1. Como é realizada a esquematização das ações e serviços do PAIF?-

4.19.2. O PAIF existente no município desenvolvem ações de acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família?

() Sim () Não ()
Apenas alguns

4.19.3. Em caso positivo, total ou parcialmente, que ações são desenvolvida pelo PAIF para acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família?

() Cadastramento
() Reuniões
() Encaminhamentos para outros serviços
() Visitas domiciliares
() Orientações
() Oficinas
() Outros. Especifique:

4.19.4. O CRAS do município desenvolve ações de acompanhamento dos beneficiários do BPC?

() Sim () Não () Apenas alguns

4.19.5. O PAIF existente no município desenvolve ações de acompanhamento dos beneficiários do BPC?

() Sim () Não ()
Apenas alguns

4.19.6. Em caso positivo, total ou parcialmente, que ações são desenvolvida pelo CRAS para acompanhamento dos beneficiários do BPC?

() Cadastramento
() Reuniões
() Encaminhamentos para outros serviços
() Visitas Domiciliares
() Orientações
() Outros. Especifique:

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

4.21.1. Assinale os espaços físicos utilizados para funcionamento do PAIF:

Espaço	Quantidade por equipamento									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Recepção										
Sala de atendimento individual										
Sala para atividades em grupo										
Banheiro										
Cozinha										
Depósito										
Sala para reuniões de equipe										
Sala da Coordenação do CRAS										
Auditório										
Sala para realização de cursos										
Outros. Especificar: banheiro para uso privativo da equipe; pequena sala multiuso										

4.22. As instalações do CRAS são:

- ☐ Todas próprias
☐ Todas cedidas temporariamente por outra secretaria/setor
☐ Todas alugadas
☐ Algumas próprias, algumas cedidas, algumas alugadas.

4.22.1. As instalações do PAIF são:

- ☐ Todas próprias
☐ Todas cedidas temporariamente por outra secretaria/setor
☐ Todas alugadas
☐ Algumas próprias, algumas cedidas, algumas alugadas.

4.23. Há veículos disponíveis ao CRAS existentes no município?

- ☐ Sim ☐ Não

4.22.1. Há veículos disponíveis para o PAIF no município?

- ☐ Sim ☐ Não

4.23. Há serviço de internet instalado no CRAS existentes no município?

- ☐ Sim ☐ Não

4.23.1 Há serviço de internet instalado no PAIF existentes no município?

- ☐ Sim ☐ Não

Estrutura de Pessoal

Legenda: S.C. (Superior Completo), S.I. (Superior Incompleto), M.C. (Médio Completo),

Nível de Instrução	Área de Formação	Quadro efetivo		Experiência anterior na Assistência Social	
		Sim	Não	Sim	Não

M.I. (Médio Incompleto), F.C. (Fundamental Completo), F.I. (Fundamental Incompleto), S.E. (Sem Escolarização)

4.27. Há capacitação do quadro funcional?

() Sim
parte

() Não

() Em

4.27.1. Em caso de resposta positiva ou parcialmente positiva, marque com um "X" como a capacitação é ofertada:

Periodicidade da capacitação	Mensal	
	Semestral	
	Anual	
	Bianual	
	Sem regularidade	
Modalidade da capacitação	Presencial	
	Semipresencial	
	À distancia	
	Outra	
Metodologia da capacitação	Palestras	
	Oficinas	
	Seminários	
	Cursos	
Principais tópicos abordados	Concepção da Assistência	
	Gestão da Assistência	
	Financiamento da Assistência	
	Controle social da Assistência	
Quem promove a capacitação	Governo municipal	
	Governo estadual	
	Governo federal	
	Fundações e ONGs	
	Outras - Faculdades	
Quem executa a capacitação	Governo municipal	
	Governo estadual	
	Governo federal	
	Fundações e ONGs	
	Instituições de Ensino Superior Públicas	
	Instituições de Ensino Superior Privadas	

4.28. Marque com “X” o estágio atual em que se encontra a gestão dos trabalhadores do SUAS no seu município:

Estágio da Gestão	Sim	Não	Em parte
Plano de carreira, cargos e salários da Assistência Social (*)			
Diretrizes para o financiamento da gestão do trabalho			
Diagnostico da situação da gestão do trabalho			
Manutenção e atualização do Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS			
Participação na Formulação e Execução da Política Nacional de Capacitação			
Plano de ingresso de trabalhadores e de substituição dos profissionais terceirizados			
Garantia de condições adequadas de trabalho			
Diretrizes municipais de implantação da NOB-RH SUAS			

5. CONTROLE SOCIAL

5.1. Quais são as instâncias locais que participam da Política de Assistência Social no município?

- () Redes
- () Conselhos
- () Fóruns
- () Associações Comunitárias
- () Movimentos populares
- () Outros

Especificar: Secretarias Municipais

5.2. Houve participação dos usuários na implantação da Política Municipal de Assistência Social?

(x) Sim

() Não

5.2.1. Em caso positivo, em que situação a participação ocorreu?

() Diagnóstico da situação do município

() Avaliação dos serviços e programas

() No Conselho de Assistência Social

() Não participam em nenhuma situação

() Outro

Especificar:

5.3. Número total de conselheiros:

Representação	Órgão ou entidade que representa			
	Nome do órgão	Nº	Sexo	
			F	M
Poder público				
Sociedade civil				

5.4. Com que frequência as reuniões do conselho acontecem?

() Mensal ou a intervalos menores do que um mês (semanal)

() Bimestral ou trimestral

() Quadrimestral ou semestral

☐ Frequência irregular

☐ O Conselho não se reuniu nos últimos 12 meses

5.5. O órgão gestor providencia equipamentos e infraestrutura para o Conselho?

☐ Sim

☐ Não

☐ Em parte

5.5.1. Em caso positivo ou parcialmente positivo, quais equipamentos e infraestrutura abaixo foram providenciados?

☐ Secretaria Executiva

☐ Espaço próprio

☐ Ramal telefônico

☐ Computador

☐ Internet

☐ Veículo

☐ Outro. Especificar:

5.6. Como o Conselho avalia as condições da infraestrutura e equipamentos destinados ao seu funcionamento?

☐ Excelentes

☐ Boas

☐ Razoáveis

☐ Ruins

☐ Péssimas

5.7. O órgão gestor providencia o custeio das despesas para garantir a participação dos representantes da sociedade civil no conselho?

☐ Sim

☐ Não

☐ Às vezes

5.7.1. Em caso positivo ou se isso ocorre, às vezes, especifique as despesas:

☐ Transporte para reuniões e eventos

☐ Cópias de documentos

☐ Alimentação

() Outros. Especificar:

5.8. O órgão gestor disponibiliza informações (por internet e outros meios) sobre a Política de Assistência Social, as parcerias, a gestão do SUAS, entre outras?

() Sim
vezes

() Não

() Às

5.9. O Conselho desenvolve uma política de formação continuada para conselheiros, gestores e membros dos fóruns permanentes de controle da Assistência Social?

() Sim

() Não

5.10. Indique abaixo as ações da política de formação continuada para conselheiros, gestores e membros dos fóruns permanentes de controle da Assistência Social desenvolvidas pelo município:

Periodicidade da Capacitação	Mensal	
	Semestral	
	Anual	
	Bianual	
	Sem regularidade	
Modalidade da Capacitação	Presencial	
	Semi-presencial	
	À distância	
	Outra	
Metodologia da Capacitação	Palestras	
	Oficinas	
	Seminários	
	Cursos	
Principais tópicos abordados	Concepção da assistência	
	Gestão da assistência	
	Financiamento da assistência	
	Controle social da assistência	
Quem executa a Capacitação	Governo municipal	
	Governo estadual	
	Governo federal	
	Fundações e ONGs	
	Instituições de Ensino Superior Públicas	
	Instituições de Ensino Superior Privadas	

5.11. São realizadas ações para criar, apoiar e fortalecer a organização de fóruns com vistas a debater e encaminhar propostas para a garantia de direitos sociais e do controle social (em especial das ações do SUAS)?

() Sim

() Não

5.11.1. Em caso positivo, cite algumas ações:

5.12. Nos últimos que órgãos foram criados para ampliar a Defesa Social?

- ☐ Ouvidorias de Assistência Social,
- ☐ Defensorias públicas, delegacias especializadas
- ☐ Ministério Público
- ☐ Desconheço

5.13. Que medidas foram tomadas para ampliar a participação e o controle social?

- ☐ Mobilização/capacitação de grupos e movimentos sociais para participar nos Conselhos
- ☐ Formulação de Diagnósticos Sociais com envolvimento dos movimentos e organizações sociais
- ☐ Orçamento participativo na Assistência Social
- ☐ Leis que possibilitem a punição de gestores públicos em caso de descumprimento da PNAS
- ☐ Auditoria cidadã, plebiscito e projetos de lei de iniciativa popular
- ☐ Ampla divulgação das deliberações das Conferências
- ☐ Acompanhamento regular das deliberações das Conferências e sua efetivação
- ☐ Não sei

5.14. Como o Conselho avalia as suas condições de trabalho?

- ☐ Excelentes
- ☐ Boas
- ☐ Razoáveis
- ☐ Ruins
- ☐ Péssimas

5.14.1. Justifique sua resposta:

5.15. Avaliem os seguintes pontos em relação ao trabalho do Conselho.

5.15.1. Tempo dos debates para tomada de decisões:

- ☐ Suficiente

() Insuficiente

() Não sei

5.15.2. As apresentações feitas pelos gestores e técnicos são:

() Claras e compreensíveis

() De difícil compreensão

() Não sei

5.15.3. Os documentos a serem lidos, são:

() Claros e compreensíveis

() De difícil compreensão

5.15.4. O tempo para leitura dos documentos é:

() suficiente para leitura e análise

() insuficiente para leitura e análise, pois são entregues com atraso

5.15.5. Quanto às discussões e tomadas de decisões:

() As regras do debate são claras e a tomada de decisões é coletiva

() As regras do debate não são claras e a tomada de decisões é centralizada pelos gestores

() Todos têm liberdade para colocar suas opiniões

5.15.6. As decisões tomadas pelo Conselho:

() são sempre respeitadas

() não são respeitadas

() às vezes são respeitadas

5.16. As deliberações das Conferências são usadas como referências pelo Conselho para a elaboração dos planos anuais e plurianuais?

() Sim

() Não

() Em parte

5.17. No debate sobre os planos anuais e plurianuais, quais elementos são considerados para a tomada de decisões?

() Consulta às bases

() Conferências

() Relatório de avaliação anterior

() Avaliação dos compromissos assumidos

() Outro elemento

() Nunca

Especificar _____

5.18. O Conselho recebe os planos de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para análise e aprovação?

() Sim

() Não

5.18.1. Em caso positivo, com que frequência recebe esses planos?

() A cada 03 meses

() A cada 06 meses

() Uma vez por ano

() Apenas quando o CMAS solicita

() Nunca

() Outra periodicidade. Especificar:

5.18.2. O envio de planos de aplicação acontece:

() Em tempo hábil, que permite ao Conselho analisar

() Em tempo exíguo, que dificulta ao Conselho analisar

5.19. O Conselho recebe a planilha de gastos do Fundo Municipal de Assistência Social para análise e aprovação?

() Sim

() Não

5.19.1. Com que frequência o Conselho recebe a planilha de gastos do Fundo Municipal:

() A cada 03 meses

(x) A cada 06 meses

() Uma vez por ano

() Apenas quando o CMAS

() Nunca

() Outra periodicidade. Especificar:

5.19.2. O envio da planilha de gastos do FMAS acontece:

() Em tempo hábil, que permite ao Conselho analisar

() Em tempo exíguo, que dificulta ao Conselho analisar

5.20. Os conselheiros discutem com as suas respectivas organizações os temas em debate no Conselho?

☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes ☐ Nunca

5.21. Quais são os meios utilizados pelos conselheiros para o repasse das discussões/deliberações do CMAS à sua organização?

☐ Reunião com a diretoria

☐ Assembléia geral

☐ Informativo/jornal

☐ Correio eletrônico

☐ Quadro/mural

☐ Outro. Especificar:

5.22. De que forma os conselheiros obtêm informações sobre o Conselho (datas de reuniões, atas, entre outras)?

☐ Internet

☐ Telefone

☐ Rádio comunitária

☐ Jornal do Conselho

☐ Outros. Especificar: O calendário das reuniões ordinárias é entregue por semestre.

5.23. Os conselheiros acessam regularmente a Rede SUAS para buscar informações sobre o seu município?

☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes ☐ Nunca ☐ Não conhecem

5.24. Todos possuem a senha para acessar os dados da Rede SUAS?

☐ Sim ☐ Não ☐ Alguns

5.25. De que maneira as organizações da sociedade civil participam dos conselhos

Formas de Participação	Periodicidade	Organização									
		Org.1	Org.2	Org. 3	Org. 4	Org.5	Org. 6	Org. 7	Org.8	Org. 9	Org.10
Frequência às reuniões	Sempre										
	Às vezes										
	Raramente										
	Nunca										
Apresenta demandas para debate	Sempre										
	Às vezes										
	Raramente										
	Nunca										
Participação de outros membros da organização nas reuniões	Sempre										
	Às vezes										
	Raramente										
	Nunca										

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1. Listar (de acordo com a legislação vigente) as ações de monitoramento e avaliação da Assistência Social no município.

Ações	Frequência				
	semanal	mensal	trimestral	semestral	anual
Comissão acompanhamento do CRAS					
Visita as entidades para inscrição*					

Seminário com entidades					
Aprovação Relatório Financeiro					
Reunião CMAS					
Controle do Programa B.FIGD					

6.2. Há vigilância social estruturada no município?

() Sim

() Não

6.2.1. Em caso positivo, como ela está estruturada?

7. FINANCIAMENTO

Atenção: Recomendamos que as questões abaixo sejam respondidas juntamente com o gestor do Fundo Municipal de Assistência Social.

7.1. O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) foi instituído:

() Entre 1994 e 1995

() Entre 1996 e 1997

() Entre 1998 e 1999

() Entre 2000 e 2001

() Entre 2002 e 2003

() Entre 2004 e 2005

() Entre 2006 e 2007

() Entre 2008 e 2009

() Entre 2010 e 2011

() Não há Fundo Municipal de Assistência Social

7.2. O Fundo Municipal de Assistência Social recebe recursos:

- ☐ do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)
- ☐ do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)
- ☐ do FNAS e do FEAS
- ☐ do FNAS e do orçamento da Prefeitura
- ☐ do FNAS, do FEAS e do orçamento da Prefeitura
- ☐ O FMAS não funciona

7.3. A Prefeitura aplica recursos do orçamento próprio na assistência social?

- ☐ Aplicou todos os anos;
- ☐ Já aplicou, mas não em todos os anos. Quais?

☐ Nunca aplicou

7.4. No caso de ter aplicado, ainda que não em todos os anos, os recursos constam da Lei Orçamentária Municipal?

- ☐ Sim, constaram da lei em todos os anos
- ☐ Sim, mas não em todos os anos
- ☐ Nunca constaram

7.5. Todos os recursos do tesouro municipal destinados à assistência social foram alocados no FMAS?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Às vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca
- ☐ Desconheço a informação

7.6. Na lei orçamentária anual estão previstas fontes de financiamento próprias para a assistência social?

- ☐ Sim ☐ Não

Em caso positivo, quais são as fontes?

7.7. O Município dispõe de legislação que define um montante e/ou um percentual do orçamento próprio a ser aplicado na assistência social?

- ☐ Sim ☐ Não

7.8 . Em caso positivo, qual percentual do orçamento municipal deve ser destinado à assistência social, segundo esta legislação?

- ☐ Menos de 0,5%

- ☐ Entre 0,6% e 1%
- ☐ De mais de 1% a 3%
- ☐ De mais de 3% a 5 %
- ☐ De mais de 5% a 7%
- ☐ Mais de 7%

7.9. Qual percentual do orçamento municipal foi efetivamente gasto com assistência social?

- ☐ Menos de 0,5%
- ☐ Entre 0,5% e 1% I
- ☐ De mais de 1% a 3%
- ☐ De mais de 3% a 5 %
- ☐ De mais de 5% 7%
- ☐ Mais de 7%

7.10. O FMAS possui conta específica para movimentação dos recursos?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7.11. Os recursos recebidos do FNAS são movimentados:

- ☐ Em conta específica do Fundo Municipal
- ☐ Em conta corrente única do órgão gestor
- ☐ Outra. Especificar:

7.12. Os recursos recebidos do Fundo Estadual são movimentados:

- ☐ Em conta específica do Fundo Municipal
- ☐ Em conta corrente única do órgão gestor
- ☐ Outra. Especificar:

7.13. O Fundo Municipal é gerido:

- ☐ Por um gestor exclusivo do FMAS, nomeado para este fim
- ☐ Pelo administrador ou contador da prefeitura
- ☐ Pelo prefeito
- ☐ Outra. Especificar:

7.14. Os recursos recebidos do FNAS e/ou do FEAS são aplicados:

- ☐ Nas ações executadas diretamente pela prefeitura
- ☐ Nas ações executadas pelas organizações não governamentais
- ☐ Nas ações de execução direta e indireta

7.15. Quando o município utiliza recursos orçamentários próprios, estes são aplicados:

- ☐ Nas ações executadas diretamente pela prefeitura

☐ Nas ações executadas pelas organizações não governamentais

☐ Nas ações de execução direta e indireta

7.16. Quando o município aplica recursos próprios nas ações de execução direta, estes são:

☐ Depositados na conta do Fundo Municipal

☐ Aplicados diretamente nas ações, sem passar pelo FMAS

7.17. Quando o município aplica recursos próprios nas ações executadas por organizações não governamentais, estes são:

☐ Depositados na conta do Fundo Municipal

☐ Repassados para as entidades, sem passar pelo FMAS

7.18. Com que frequência o órgão gestor encaminha planos de aplicação dos recursos do Fundo Municipal ao CMAS para análise e aprovação?

☐ A cada 3 meses

☐ A cada 6 meses

☐ Uma vez ao ano

☐ Só quando o CMAS solicita

☐ Outra periodicidade. Especificar:

☐ Nunca

7.19. Os recursos definidos nas subvenções sociais são repassados ao FMAS?

☐ Sempre

☐ Frequentemente

☐ Às vezes

☐ Raramente

☐ Nunca

7.20 Os recursos do FMAS são aplicados de acordo com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social?

☐ Sim

☐ Não

☐ Parcialmente

Justifique a resposta:

7.21. O gestor divulga os recursos gastos com a assistência social no município?

☐ Sim

☐ Não

7.21.1 Em caso positivo, com que frequência esta divulgação acontece?

☐ Sempre

☐ Frequentemente

☐ Às vezes

☐ Raramente

☐ Nunca

7.22. Os principais instrumentos utilizados nesta divulgação são: (É possível assinalar mais de uma opção)

☐ Cartilha e/ou folder

- () Eventos
 () Televisão
 () Rádio
 () Jornal
 () Internet
 () Diário Oficial
 () Outro. Especificar:
-

7.23. Qual tem sido a tendência apresentada pelo município na aplicação dos recursos?

- () Crescimento
 () Redução () Manutenção

Justifique a resposta:

7.24. Em caso de crescimento, o que contribuiu para isto?

- () Aumento da receita municipal
 () Aumento da demanda
 () Aumento do repasse estadual
 () Aumento do repasse federal

Justifique a resposta:

A situação de vulnerabilidade das famílias tem ficado mais evidente à medida que o trabalho/serviços/ações ficam mais organizados. A divulgação também aumentou a demanda; há maior conscientização da população quanto a seus direitos.

7.25. Existem critérios para a partilha dos recursos próprios entre as ações assistenciais executadas no município?

- () Sim () Não

7.25.1. Em caso positivo, estes foram aprovados pelo CMAS?

- () Sim () Não

7.25.2 Ainda em caso positivo, liste os critérios para a partilha dos recursos próprios entre as ações assistenciais executadas no município.

7.26. Os critérios listados acima são os mesmos para as ações de execução direta e indireta?

- () Sim () Não

7.26.1. Em caso negativo, quais são os critérios utilizados para cada uma das ações?

Vigência da demanda; pressões políticas.

7.27. A distribuição dos recursos entre as ações atende às necessidades locais?

() Sim

() Não

() Parcialmente

Justifique a resposta:

7.28. Recursos financeiros utilizados no desenvolvimento da Política de Assistência Social:

Anos	Fontes			
	Recursos federais	Recursos estaduais	Recursos municipais	Outros recursos (especificar)
2006				
2007				
2008				
2009				
2010				

7.29. Recursos aplicados no desenvolvimento da Política de Assistência Social:

Recursos	Anos/Especificar valores em R\$				
	2006	2007	2008	2009	2010
TRF					

aplicados na PAS					
TRE aplicados na PAS					
TRM aplicados na PAS					
TR aplicados na PAS					

***TRF** - Total de recursos federais

***TRE** - Total de recursos estaduais

***TRM** -Total de recursos municipais

***TR** - Total de recursos

***PAS** – Política de Assistência Social

7.30. Recursos financeiros orçados no desenvolvimento da Política de Assistência Social:

Recursos	Anos/Especificar valores em R\$				
	2006	2007	2008	2009	2010
Total de recursos federais orçados para a Política de AS					
Total de recursos estaduais orçados para a Política de AS					
Total de recursos municipais orçados para a Política de AS					
Total de recursos					

orçados para a Política de AS					
-------------------------------	--	--	--	--	--

8. INTERSETORIALIDADE

8.1. Há demandas por ações intersetoriais na execução da política de assistência social?

() Sim

() Não

8.1.1. A demanda por essas ações partem de qual segmento?

() Demandas da sociedade civil

() Demandas do gestor face ao modelo político de gestão das políticas estaduais e nacionais

() Demandas dos técnicos da equipe

() Demandas dos políticos locais

8.2. Aponte as políticas que têm articulação com a Política de Assistência Social. Enumere do 1º (maior articulação) ao último (menor articulação) e **NÃO MARQUE** nenhum item caso não haja nenhuma articulação:

() Educação

() Saúde

() Justiça e cidadania

() Trabalho

() Habitação

() Cultura e turismo

() Planejamento

() Desenvolvimento da cidade

() Agricultura

() Outras.

Especificar:
